MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
Fls 02

Ao Serviço de Licitações e Compras do Município de Dores do Turvo/MG.

Considerando a necessidade da Secretaria de Obras e as Estradas Vicinais do Município.

Viemos respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, solicitar autorização para proceder à Abertura de Processo Licitatório, na modalidade que a Lei dispuser, objetivando o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

A descrição dos itens e quantidades a serem adquiridos segue na requisição anexa.

Termos em que, pede deferimento.

Dores do Turvo, 03 de setembro de 2025.

Aurivalter Lopes do Nascimento
Secretário Municipal de Obras

Gerson Coelho
Secretario de Transportes

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE DORES DO TURVO, MG.

Assunto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

Data: 03 de setembro de 2025.

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de madeiras, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A contratação tem como finalidade garantir o fornecimento contínuo e regular de madeiras de diferentes tipos e dimensões, conforme necessidade da Secretaria, para execução e manutenção de obras públicas, pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas pertencentes à malha viária municipal e áreas públicas.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais, observando-se as quantidades e especificações técnicas estabelecidas no edital e seus anexos.

A adesão ao sistema de Registro de Preços visa otimizar o processo de aquisição, assegurando economicidade, eficiência e agilidade na execução dos serviços públicos, atendendo aos princípios que regem a administração pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 04

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

10 de dezembro de 2025 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

O presente Registro de Preços tem por objeto a futura e eventual aquisição de madeiras de diversas espécies, tipos e dimensões, destinadas a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, para utilização em obras, reformas, reparos, construções e manutenções de pontes, mata-burros, passarelas, cercas, bueiros e demais estruturas pertencentes à zona urbana e rural do município.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, observadas as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, tendo em vista a necessidade constante de utilização de madeiras na execução de serviços de construção, manutenção e recuperação de obras públicas, especialmente em pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas que compõem a malha viária e as zonas urbana e rural do município.

A Secretaria realiza de forma contínua serviços de melhoria e conservação das estradas vicinais, vias públicas e edificações municipais, o que exige a disponibilidade imediata de materiais como madeira, de modo a garantir a segurança, trafegabilidade e acessibilidade da população, além de assegurar a

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Registro de Preços tem por objeto a futura e eventual aquisição de madeiras de diversas espécies, tipos e dimensões, destinadas a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, para utilização em obras, reformas, reparos, construções e manutenções de pontes, mata-burros, passarelas, cercas, bueiros e demais estruturas pertencentes à zona urbana e rural do município.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, observadas as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação é necessária para garantir o atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, especialmente na execução de obras, manutenções e reparos em pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas utilizadas nas vias públicas e estradas vicinais do município.

A disponibilidade de madeiras é fundamental para a realização dos serviços de infraestrutura e conservação das estradas rurais, contribuindo para o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso da população aos serviços públicos essenciais.

A aquisição por meio de Registro de Preços visa assegurar o fornecimento contínuo e imediato do material, de acordo com a demanda e a conveniência da Administração, evitando interrupções nas atividades e garantindo a eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio está relacionada à execução e manutenção das atividades essenciais da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG, que demandam o uso constante de madeiras para a construção, recuperação e conservação de pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas empregadas na infraestrutura urbana e rural do município.

A falta desse material compromete a continuidade dos serviços públicos, impactando diretamente a mobilidade da população, o transporte escolar, o escoamento da produção agrícola e o acesso a comunidades rurais.

Portanto, o registro de preços para aquisição de madeiras visa garantir o pronto atendimento das necessidades operacionais da Secretaria, assegurando que os serviços de manutenção e obras sejam realizados com eficiência, qualidade e dentro dos prazos necessários, em consonância com o planejamento da Administração Municipal.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
002	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000
003	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	20
004	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT^2	100
005	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
006	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200
007	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	20
008	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
009	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50

010	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
011	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
012	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
013	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela aquisição de madeiras por meio de Registro de Preços apresenta-se como a solução técnica e economicamente mais adequada para atender às demandas contínuas e variáveis da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG.

Sob o ponto de vista técnico, o sistema de Registro de Preços possibilita o planejamento adequado das aquisições, permitindo que os materiais sejam fornecidos de forma parcelada e conforme a real necessidade da Administração, evitando o acúmulo de estoques, perdas de material e deterioração decorrente do armazenamento prolongado. Além disso, garante padronização de qualidade, uma vez que as especificações técnicas são previamente definidas no edital.

Sob o aspecto econômico, o Registro de Preços proporciona maior competitividade entre os fornecedores, resultando em melhores condições de preço e qualidade. A modalidade também assegura economicidade e eficiência no gasto público, permitindo à Administração efetuar contratações apenas quando houver necessidade, sem comprometer recursos financeiros de forma antecipada.

Assim, a solução proposta atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo que o Município disponha de materiais essenciais à manutenção de sua infraestrutura com rapidez, segurança e custo-benefício adequado.

7. RESPONSÁVEIS

AURIVALTER LOPES DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO DE OBRAS

GERSON COELHO
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES

APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 03 de setembro de 2025

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

TERMO DE REFERENCIA

Menor Preço por item
Registro de Preço

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

Justificativa: A presente contratação se faz necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, tendo em vista a necessidade constante de utilização de madeiras na execução de serviços de construção, manutenção e recuperação de obras públicas, especialmente em pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas que compõem a malha viária e as zonas urbana e rural do município. A Secretaria realiza de forma contínua serviços de melhoria e conservação das estradas vicinais, vias públicas e edificações municipais, o que exige a disponibilidade imediata de materiais como madeira, de modo a garantir a segurança, trafegabilidade e acessibilidade da população, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais.

A adoção do sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e econômica, permitindo à Administração agilidade na aquisição conforme a demanda, racionalização de recursos públicos e planejamento adequado das contratações, evitando a descontinuidade das atividades por falta de materiais e otimizando o atendimento às necessidades do município.

DO OBJETO LICITADO

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50
002	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000
003	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20
004	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100
005	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
006	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200
007	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20
008	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
009	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50
010	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50
011	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50
012	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
013	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30

1. DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possiveis reposições por conta do contratado.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se basciam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente não há indicações de Marcas

Da exigência de amostra: Não será exigido amostra.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

Notificação: A empresa que não atender a ordem de fornecimento /serviço no prazo estimado, será notificada.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição que apresentarem vício ou estragos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data notificação.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

O custo referente ao transporte, alimentação e hospedagem para entrega será de responsabilidade do Contratado.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

1. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II):

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 14

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Pontualidade;

Execução;

Qualidade;

5. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Cada secretário requisitante é o responsável pelo recebimento e conferencia.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 Recebimento

O recebimento será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os recebimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.3 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

Cessão de crédito: É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE REALIZAÇÃO DE ENTREGA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de realização: Entrega de forma parcelada.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. registro comercial no caso de firma individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. RG e CPF de todos os sócios da empresa.

- DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO- FINANCEIRA E TÉCNICA

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

I- Regularidade Fiscal

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da **licitante**;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

II-RegularidadeTrabalhista

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

III-RegularidadeEconômico/Financeira

a) Certidão negativa de falência ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento.

É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

Fls. 19

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4°, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2° a 6° da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. VALOR ESTIMADO

Valor total estimado consta na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria: 3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

Dores do Turvo, 03 de setembro de 2025.

Gerson Coelho
Secretário de Transportes

Aurivalter Lopes do Nascimento
Secretario de obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO

Funcionária: Júlia Célia De Barros

JARMENO HELENO CABRAL

CNPJ: 01.565.743/0001-71

LOC SITIO SAO MIGUEL S/N ,ZONA RURAL DE DORES DO TURVO.

LISTA DE MADEIRAS

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUAN	UNIDADE	VALOR UNI	VALOR TOTAL
ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	**5000**	PEÇA		
VIGAS DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	30	M³	**1.900,00**	**57.000,00**
PRANCHAO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	95.000,00
TABUA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
LINHA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
RIPA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
RIPAO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
CAIBRO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
REGUA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
ESTEIO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	M³	**1.900,00**	**95.000,00**
FORRO DE PINUS COM 10 CM MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	100	M2		
MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	M³		
MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10X2.20 5MM	200	UNI		

KALLIL DAHIER
Prefeito Municipal

JÚLIA CÉLIA DE BARROS
Chefe de divisão de obras
Secretaria Municipal de Obras

AURIVALTER LOPES
Secretario Municipal de obras

Dores do Turvo, 03 DE SETEMBRO DE 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO

Funcionária: Júlia Célia De Barros

LISTA DE MADEIRAS

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUAN	UNIDADE	VALOR UNI	VALOR TOTAL
ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	5000	PEÇA	36,00	180000,00
VIGAS DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	30	M³	3000,00	90000,00
PRANCHAO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000 00
TABUA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000,00
LINHA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000,00
RIPA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000,00
RIPAO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000,00
CAIBRO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000,00
REGUA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3000,00	150000,00
ESTEIO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	M³	3000,00	60000,00
FORRO DE PINUS COM 10 CM MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	100	M2	120,00	12000,00
MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	M³	4500,00	90000,00
MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10X2.20 5MM	200	UNI	200,00	40000,00
Total				1441000,00

Validade da proposta:60 dias

MARCOS ALEXANDRE BELO

30291717000109

RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG

CEP:36594000

EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM

CONTATO:31995921399,31995744518

Araponga , 25 DE SETEMBRO DE 2025

gov.b

MARCOS ALEXANDRE BELO

MARCOS ALEXANDRE BELO
13345149680
30291717000109

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO

Fls. 37

Funcionária: Júlia Célia De Barros

LISTA DE MADEIRAS

DESCRICAO DO PRODUTO	QUAN	UNIDADE	VALOR UNI	VALOR TOTAL
ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	5000	PEÇA	25,00	125.000,00
VIGAS DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	30	M³	2750,00 1965,00	82.500,00
PRANCHAO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	2.750,00	137.500,00
TABUA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	2.750,00	137.500,00
LINHA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	2.750,00	137.500,00
RIPA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3.500,00	175.000,00
RIPAO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	3.500,00	175.000,00
CAIBRO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	2.350,00	117.500,00
REGUA DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	M³	2750,00	137.500,00
ESTEIO DE EUCALIPTO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	M³	2.750,00	137.500,00
FORRO DE PINUS COM 10 CM MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	100	M2	38,88	3.888,00
MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	M³	—	—
MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10X2,20 5MM	200	UNI	—	—

Dores do Turvo, 03 DE Outubro DE 2025.

7105784 0/0001-03
Insc. Est. 367.847 153.00-01
Sefir Comércio, Transporte
Serviços e Indústria Ltda.
Rua Antônio Brás, 609 - Centro
CEP 36540-000
Ser[illegible]rmino - MG

Digitalizado com CamScanner

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

Fls. 15

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 48 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO (BOM JESUS DO GALHO)

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

Natureza do Objeto : Compras e outros serviços **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Não

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** -

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: -

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 14/05/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 30481-MADERITE ROSA 08MM(2,20X1,10M)

QTD Licitada (Unid.): 40,0000 (UNIDADE) **Vlr. Unitário Julgado :** 122,40 **Dt. Cotação :** 03/05/2024

Classificação: 1 º

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : GRAMAR TRANSPORTE LTDA ME **CPF / CNPJ :** 13739650000172

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 15/10/2020 às 10:46:38

Informações extraídas do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) , Município: 3107802 - Bom Jesus do Galho , Exercício: 2024 , Histórico dos Processos: 14/11/2024 , Data e Hora de Geração: 15/11/2024 09:43:56 , Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO GALHO

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 010000000107 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL (PIRACEMA)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS EM GERAIS

Natureza do Objeto : Compras para obras e/ou serviços de engenhar **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Sim

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** Empreitada por Preço

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: PREVISTAS NA 14.133

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 05/08/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 10471-Madeite 9 mm 1,10x2,20

QTD Licitada (Unid.): 50.0000 (UNIDADE) **Vlr. Unitario Julgado :** 126.00 **Dt. Cotação :** 16/04/2024

Classificação: 1 °

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : MADEREIRA PIRACEMA LTDA **CPF / CNPJ :** 19027199000125

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 16/04/2024 às 10:44:07

Informações extraídas do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) : Município: 3150554 - Piracema , Exercício: 2024 , Histórico das Remessas: 12/11/2024 , Data e Hora da Geração: 14/11/2024 23:35:20 , Órgão: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 020000000081 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI (PIUMHI)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MADEIRAS

Natureza do Objeto : Compras e outros serviços **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Não

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** -

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: Na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 03/07/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 2667-Ferro Pinus

QTD Licitada (Unid.): 4.0000 (M2) **Vlr. Unitário Julgado :** 33.00 **Dt. Cotação :** 28/06/2024

Classificação: 1 º

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : MADEIREIRA MONTE VERDE LTDA **CPF / CNPJ :** 01137265000107

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 28/06/2024 às 10:52:08

Informações extraídas do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) . Município: 3157503 - Piumhí . Exercício: 2024 . Relatório dos Processos: 14/11/2024 , Data e Hora de Geração: 15/11/2024 09:20:31 . Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 0037805 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA (FRONTEIRA)

Objeto : REGISTRO DE PRECOS PARA AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS, A SEREM UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DESTA ADMINISTRACAO.

Natureza do Objeto : Compras e outros serviços **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Não

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** -

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: -

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 25/09/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 1660090804-FORRO DE PINUS 10 CM - 1660090804

QTD Licitada (Unid.): 1000.0000 (M²) **Vlr. Unitário Julgado :** 35.10 **Dt. Cotação :** 20/09/2024

Classificacao: 1 °

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : PONTO X COMERCIAL REPRESENTACOES LTDA **CPF / CNPJ :** 58236589000181

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 19/10/2024 as 10:57:31

Informações extraídas do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) : Município: 3127008 - Fronteira , Exercício: 2024 , Histórico das Remessas: 03/02/2025 , Data e Hora da Geração: 10/02/2025 06:30:04 , Órgão: 31 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

Fls 39

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 020000000057 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA MOR (

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO PARCELADA DE MADEIRA, MEDIDAS/BITOLAS VARIADAS DESTINADOS A USO NO ATENDIMENTO ESPECIALMENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS/SERVIÇOS PÚBLICOS NA REFORMA/CONSTRUÇÃO DE PONTES E MATA-BURROS EM REGIÕES RURAIS DA MUNICIPALIDADE. DISTRIBUIÇÃO À FAMILIAS DE BAIXA RENDA CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BEM COMO DIVERSOS OUTROS SERVIÇOS NAS DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA MOR CONFORME A NECESSIDADE

Natureza do Objeto : Comuns e outros serviços **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Sim

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** -

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: CLAUSULA II

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 04/11/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 40548 ESTACA DE EUCALIPTO TRATADO 2,20 -09 A10CM

QTD Licitada (Unid.): 300.0000 (UNIDADE) **Vlr. Unitário Julgado :** 28.00 **DL Cotação :** 25/10/2024

Classificação: 1º

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : MAURICIO JOSE PERES **CPF / CNPJ :** 01566996000160

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 15/10/2024 às 10:36:59

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

Fls. 30

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 020001000062 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL (CAMPESTRE)

Objeto : Madeira e afins

Natureza do Objeto : Compras para obras e/ou serviços de engenharia **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Não

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** Embasada por Preço

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 03/10/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 923679-Estaca em madeira de eucalipto do tipo rosa ou vermelho. Dimensões: diâmetro de 20 cm

QTD Licitada (Unid.): 250.0000 (Metros) **Vlr. Unitário Julgado :** 19.00 **Dt. Cotação :** 10/09/2024

Classificação: 1 º

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : JACYR CORREA ALVES COMERCIO DE MADEIRAS LTDA **CPF / CNPJ :** 00241006000150

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 10/09/2024 às 10:39:49

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

Fls: 31

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 0000051 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO (PATROCÍNIO)

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, MADEIRAS E FERRAGENS COMPLEMENTARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE PATROCINIO/MG.

Natureza do Objeto : Compras e outros serviços **Modalidade :** Pregão eletrônico **Tipo Licitação :** Registro de Preços

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Sim

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** -

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: -

Critério Aceitabilidade: -

Data Homologação : 24/05/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 124610-124610 - MOURAO ROLICO DE MADEIRA DIAMETRO 16 A 20 CM ALTURA 220 M TIPO EUCALIPTO TRATADO RESERVADO PARA MICROEMPRESA

QTD Licitada (Unid.): 1100.0000 (METRO) **Vlr. Unitário Julgado :** 21.00 **Dt. Cotação :** 26/04/2024

Classificação: 1 º

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : RODRIGO DA COSTA ARANTES LTDA **CPF / CNPJ :** 45278084000166

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 10/10/2206 às 11:04:17

Informações extraídas do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) : Município: 3148103 - Patrocínio, Exercício: 2024, Histórico das Remessas: 13/11/2024, Data e Hora da Geração: 14/11/2024 21:27:35. Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO

PREFEITURA MUNICIPAIS DE DORES DO TURVO - MG

Departamento de Compras e Licitações

Fls. 37

PESQUISA DE MERCADO

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Processo nº : 020000000042 - 2024 **De :** PREFEITURA MUNICIPAL DE BAMBUI (BAMBUI)

Objeto : IMPLANTAÇÃO DE BLOQUETES E PROTEÇÃO COM CERCA NA BACIA DE CONTENÇÃO DE CHEIAS II

Natureza do Objeto : Obras e Serviços de Engenharia **Modalidade :** Concorrência **Tipo Licitação :** Normal

Processo por Lote: Não **Critério Desempate :** Não

Regime Execução : Menor Preço **Destinação Exclusiva ME / EPP :** Não **Prazo Execução :** Empreitada por Preço

Cláusula Prorrogação: Menor Preço

Subcontratação: Não

Forma Pagto: CONFORME EDITAL

Critério Aceitabilidade: Não

Data Homologação : 27/03/2024

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

Produto : 57848-MOURAO ROLICO DE MADEIRA TRATADA, D = 16 A 20 CM, H = 2,20 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO (PARA CERCA)

QTD Licitada (Unid.): 462,0000 (M) **Vlr. Unitário Julgado :** 25,67 **Dt. Cotação :** 23/01/2024

Classificação: 1 º

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR

Nome / Razão Social : DMC CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI **CPF / CNPJ :** 15780820001 72

Responsável pela Cotação (Carimbo e Assinatura)

Cotação realizada em 15/12/2025 às 11:02:08

Informações extraídas do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) : Município: 3105103 - Bambuí , Exercício: 2024 , Referência das Remessas: 08/2024 , Data e Hora de Geração: 10/05/2024 21:19:48 , Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAMBUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 , CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3578-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço | Valor Correto

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

aprovado

Cotação: 0191/2025

Data: 26/09/2025 **Validade:** 09/12/2025
Tipo Processo: RP - Registro de Preço
Responsável pela Pesquisa: MAURO LUCIO MARQUES DA CRUZ
Justificativa: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO TRATADO DO TIPO DE VIGAS, PRANCHÕES, RÉGUAS, MOURÕES, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE DORES DO TURVO-MG.

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 2 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.416,67	120.833,50
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	27,00	135.000,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	2.550,00	51.000,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	100	58,75	5.875,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.550,00	127.500,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200	149,47	29.894,00
007	134153212	MOURAO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	1.515,56	30.311,20
008	134153211	PRANCHAO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.550,00	127.500,00
009	134153211	REGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.550,00	127.500,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.800,00	140.000,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.800,00	140.000,00
012	134153211	TABUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.550,00	127.500,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	2.550,00	76.500,00
					Total ===>	1.239.213,70

Fornecedores

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680 ME - CNPJ: 30.291.717/0001-09

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	3.000,00	150.000,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	36,00	180.000,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	3.000,00	60.000,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	100	120,00	12.000,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	3.000,00	150.000,00

22/10

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680 ME - CNPJ: 30.291.717/0001-09

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
006	134153212	MADFIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1.10 X 2,20 5 MM	UN	200	200,00	40.000,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	4.500,00	90.000,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	3.000,00	150.000,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	3.000,00	150.000,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	3.000,00	150.000,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	3.000,00	150.000,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	3.000,00	150.000,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	3.000,00	90.000,00
					Total ===>	1.522.000,00

JARMENO HELENO CABRAL ME - CNPJ: 01.565.743/0001-71

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	1.900,00	95.000,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	1.900,00	38.000,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT³	100	0,00	0,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	1.900,00	95.000,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1.10 X 2,20 5 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	1.900,00	95.000,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	1.900,00	95.000,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	1.900,00	95.000,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	1.900,00	95.000,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	1.900,00	95.000,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	1.900,00	57.000,00
					Total ===>	760.000,00

MAURICIO JOSE PERES - CNPJ: 01.566.996/0001-60

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	28,00	140.000,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT³	100	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.126.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço | Não Cotado

MAURICIO JOSE PERES - CNPJ: 01.566.996/0001-60

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	140.000,00

JACYR CORREA ALVES COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - CNPJ: 00.241.006/0001-50

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
002	8350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	19,00	95.000,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100	0,00	0,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	95.000,00

JR OZIRES CONSTRUTORA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 13.739.080/0001-72

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
002	8350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	20	0,00	0,00

JR OZIRES CONSTRUTORA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 13.739.060/0001-72

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	100	0,00	0,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	122,40	24,480,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	24,480,00

MADEIREIRA PIRACEMA LTDA - CNPJ: 19.027.198/0001-25

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	100	0,00	0,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	126,00	25.200,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	25.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

MADEREIRA MONTE VERDE LTDA - CNPJ: 01.137.265/0001-07

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100	33,00	3.300,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	REGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	3.300,00

PONTO X COMERCIAL LTDA - CNPJ: 59.290.569/0001-81

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100	35,10	3.510,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	REGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	3.510,00

DMG CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 11.578.082/0001-72

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 06 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	100	0,00	0,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	25,67	513,40
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	513,40

RODRIGO DA COSTA ARANTES LTDA - CNPJ: 45.278.084/0001-68

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
002	6350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 06 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	0,00	0,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT²	100	0,00	0,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 6 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	21,00	420,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	00	0,00	0,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	0,00	0,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	0,00	0,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	0,00	0,00
					Total ===>	420,00

SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA - CNPJ: 71.057.848/0001-03

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	134153211	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.350,00	117.500,00
002	5350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2.20 METROS	PÇ	5000	25,00	125.000,00
003	134153212	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	2.750,00	55.000,00
004	134153212	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100	38,88	3.888,00
005	134153211	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.750,00	137.500,00
006	134153212	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1.10 X 2.20 5 MM	UN	200	0,00	0,00
007	134153212	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	0,00	0,00
008	134153211	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.750,00	137.500,00
009	134153211	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.750,00	137.500,00
010	134153212	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	3.500,00	175.000,00
011	134153211	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	3.500,00	175.000,00
012	134153211	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.750,00	137.500,00
013	134153211	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	2.750,00	82.500,00
					Total ===>	1.283.888,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - SETOR DE COMPRAS

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacoe@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 40

MEMORANDO INTERNO.

De: Setor de Licitações.

Para: Serviço Municipal da Fazenda e Contabilidade.

Para continuar os trâmites legais de instauração do processo licitatório, cujo objetivo refere-se ao Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG, no valor estimado de R$ 1.239.213,70 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e treze reais e setenta centavos) conforme cotação de preço, solicito a realização de bloqueio orçamentário, bem como o estudo de impacto orçamentário-financeiro da referida despesa para o exercício de 2025.

Município de Dores do Turvo/MG, 22 de outubro de 2025.

Edmar Antônio Venâncio
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3575-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro a existência de dotação orçamentária para contratação dos objetos da cotação número 191, conforme dotação(ões) abaixo:

SEC. MUN. DE OBRAS URBANISMO - SEC. MUN. DE OBRAS URBANISMO

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074	1.500.000	Manutenção Atividades Sec. Mun. de Obras Públicas	R$ 1.239.213,70
		TOTAL	**R$ 1.239.213,70**

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos, se necessário for.
Atenciosamente.

Dores do Turvo, 22/10/2025

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 47

DECLARAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Declaro que há previsão de arrecadação de receita no orçamento do corrente ano e que os pagamentos poderão ser estabelecidos de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO TRATADO DO TIPO DE VIGAS, PRANCHÕES, RÉGUAS, MOURÕES, ENTRE OUTROS, EM ATENDIMENTO ÁS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE DORES DO TURVO/MG.

Dores do Turvo, 22 de Outubro de 2025.

Marcelo Lana Goulart
TESOUREIRO(A)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Fls 43

Gabinete do Prefeito Municipal

DESPACHO:

Face o pleito exposto, na qualidade de Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG e na forma da Lei, defiro a abertura do Processo Licitatório para o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG, condicionando-o à existência de Crédito Orçamentário e Disponibilidade Financeira, bem como, ainda, declaro para todos os efeitos legais, que a despesa objeto da abertura deste Processo Licitatório atende ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, tendo adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO.

Dores do Turvo, 23 de outubro de 2025.

KALLLI DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO
CNPJ 18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 44

PORTARIA Nº 299 DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

O Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, diante da determinação contida na Lei Federal nº 14.133/2021:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como Pregoeiro do Município de Dores do Turvo/MG e membros de apoio ao pregão, respectivamente, os seguintes servidores:

Pregoeiro: **Edmar Antônio Venâncio,** portador do CPF nº 112.550.456-04 e RG nº MG-16859551.

Membro: Samuel Abraão Pires, portador do CPF nº 095.330.036-69 e RG nº MG 16.074.618.

Membro: Mauro Lucio Marques da Cruz, portador do CPF 957.198.306-34 e RG nº MG 6872866;

SUPLENTE

Membro Suplente: Lucas Ferreira Teixeira, portador do CPF nº 150.780.506-39 e RG nº MG 21448946;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 07 de outubro de 2025.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

FLS. 45

AUTUAÇÃO

Aos vinte e tres dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura do Municipio de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na Rua Paulo Fernandes de Faria, Nº 55 nesta cidade, autuo os documentos que adiante seguem. Para constar, foi feita a presente autuação e procedeu-se a abertura do Processo Licitatório. Eu, Edmar Antônio Venâncio, Pregoeiro subscrevi.

Edmar Antônio Venâncio
Pregoeiro Municipal

PROCESSO Nº 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL 057/2025
MENOR PREÇO POR ITEM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

Valor total estimado: R$ 1.239.213,70 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e treze reais e setenta centavos).

Dotações orçamentárias:
3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

Ordenador das despesas: Prefeito Municipal.

Trata – se de Municipio com 4.987 habitantes conforme censo IBGE e 2022.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 46

JUSTIFICATIVA PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL 057/2025
MENOR PREÇO POR ITEM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025
OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.
A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205,optamos pela forma presencial visto que, alèm de pratico, fácil e acessível, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as midias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sitio oficial da Prefeitura Municipal.

Dores do Turvo, 23 de outubro de 2025.

Edmar Antônio Venâncio
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 47

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2025.
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
MODO: ABERTO

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, por intermédio de seu Pregoeiro, Sr. Edmar Antônio Venâncio, nomeado pela Portaria nº 299/2025, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, a fim de selecionar proposta para Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

A abertura da sessão será às **12:00hs do dia 10 de novembro de 2025**, quando serão recebidos os envelopes de **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"**, relativos à licitação, bem como credenciados os representantes interessados.

Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº. 003/2025, e demais legislações pertinentes ao objeto.

A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Dores do Turvo MG, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2ºdo art. 17 desta Lei;

2.3.1 A Lei nº. 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Fls. 49

Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205, optamos pela forma presencial visto que, além de pratico, fácil e acessível, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as mídias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sitio oficial da Prefeitura Municipal.

2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste certame o **OBJETO:** Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG, de acordo com o TERMO REFERÊNCIA - ANEXO I do presente Edital de Licitação.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação interessados que atendam a todas as condições do presente edital, que sejam do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3.2 – **Licitantes interessados deverão apresentar fora dos envelopes, no ato inicial do certame:**

I) DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ANEXO IV);

II) CREDENCIAMENTO (ANEXO V);

III) CÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF do credenciado.

IV) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO SE FOR O CASO, OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

V) DECLARAÇÃO DE ME OU EPP (E FOR O CASO ANEXO VII)

VI) CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA NOS ULTIMOS 60 (SESSENTA) DIAS

3.3 - No caso de credenciamento, referente ao dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, também deverá ser apresentado o respectivo estatuto ou contrato social, e a última alteração estatutária ou contratual, se houver, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4 - ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes **"Proposta Comercial"** e **"Documentação"** deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo, bem como, deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
Fls 49

ENVELOPE Nº 01 "**PROPOSTA COMERCIAL**"
PROCESSO Nº 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2025
ABERTURA DIA: 10/11/2025 – 12:00hs
RAZÃO SOCIAL:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO
ENVELOPE Nº 02 "**DOCUMENTAÇÃO**"
PROCESSO Nº 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº057/2025
ABERTURA DIA: 10/11/2025 – 12:00hs
RAZÃO SOCIAL:

5 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

5.2. Não poderão disputar esta licitação:

5.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.11. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.2.14. O disposto a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.16. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

6.1 - Proposta de preços em uma via, assinada pelo licitante ou procurador em todas as suas folhas, impressa em papel preferencialmente timbrado, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme ANEXO III do Edital.

6.2 - Prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contendo os valores com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.3 – A proposta deve conter o nome da empresa, o número do CNPJ e o endereço completo contendo: telefone, email e/ou outro mecanismo para contato.

6.4 - A proposta deve conter o número do Pregão e do Processo Licitatório.

6.5 - A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto.

7 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o menor preço

7.2 - Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço, as licitantes com propostas de preços até 5% (cinco por cento) superiores àquela, ou quando não houver pelos menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, ás Autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto na Lei Federal nº 14133/2021.

7.3 - Após a abertura das propostas, será determinada disposição de lances verbais dos representantes das licitantes, em ordem de "maior preço para menor preço".

7.4 - Durante os lances verbais poderá o Pregoeiro fixar o importe/percentual mínimo de cada lance, a fim de vedar lances sucessivos de valores ínfimos de redução, atendidos os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que exigirem o caso.

7.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

7.6 - Os lances inexequíveis serão descartados após sua efetiva comprovação.

7.7 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada à proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo Prefeito Municipal.

7.8 - Poderá ser deliberado pelo Pregoeiro a possibilidade de saneamento de falhas em favor do licitante, desde que não promova situações de favorecimento ilícito ou omisso, mas sim de economia nas contratações. Todavia, há que considerar que as empresas apresentarão suas correções e todas as comprovações exigentes do Edital.

7.9 - No caso de saneamento de falhas poderá ser efetuada diligência no certame, ou mesmo abertura de prazo estipulado pelo Pregoeiro, onde deverão ser registrados os fatos em ata.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 52

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o

8.2.Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados no Diario Oficial.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls: 53

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 55

do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da Prefeitura municipal.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 56

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
fls 57

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado conforme art 156 da lei 14133.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 59

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no site e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados enviados por e-mail, protocolados presencialmente no setor de licitações ou via correio sendo que, a Comissão não se responsabiliza por arquivos via e-mail ou correio não chegar dentro do prazo estipulado no presente edital.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no site da Prefeitura Municipal.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 59

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no site oficial da Prefeitura Municipal www.doresdoturvo.mg.gov,.br .

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III – PROPOSTA

DECLARAÇÕES – ANEXOS (HABILITAÇÃO IV), (CREDENCIAMENTO V), (MENOR VI) E (ME/EPP VII).

Dores do Turvo MG, 24 de outubro de 2025.

Kallil Dahler Moreira Cunha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

TERMO DE REFERENCIA

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item
Registro de Preço

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

Justificativa: A presente contratação se faz necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, tendo em vista a necessidade constante de utilização de madeiras na execução de serviços de construção, manutenção e recuperação de obras públicas, especialmente em pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas que compõem a malha viária e as zonas urbana e rural do município. A Secretaria realiza de forma contínua serviços de melhoria e conservação das estradas vicinais, vias públicas e edificações municipais, o que exige a disponibilidade imediata de materiais como madeira, de modo a garantir a segurança, trafegabilidade e acessibilidade da população, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais.

A adoção do sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e econômica, permitindo à Administração agilidade na aquisição conforme a demanda, racionalização de recursos públicos e planejamento adequado das contratações, evitando a descontinuidade das atividades por falta de materiais e otimizando o atendimento às necessidades do município.

DO OBJETO LICITADO

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário Médio
001	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.416,67
002	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	27,00
003	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	2.550,00
004	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100	56,75
005	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.550,00
006	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200	149,47
007	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20	1.515,56
008	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.550,00
009	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.550,00
010	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.800,00
011	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50	2.800,00
012	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50	2.550,00
013	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30	2.550,00

1. DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

- Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis reposições por conta do contratado.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

- Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se basciam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente não há indicações de Marcas

Da exigência de amostra: Não será exigido amostra.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

Notificação: A empresa que não atender a ordem de fornecimento /serviço no prazo estimado, será notificada.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição que apresentarem vício ou estragos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data notificação.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

O custo referente ao transporte, alimentação e hospedagem para entrega será de responsabilidade do Contratado.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

1. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 63

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Pontualidade;

Execução;

Qualidade;

5. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - ESTADO DE MINAS GERAIS
Fls 64

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Cada secretário requisitante é o responsável pelo recebimento e conferencia.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 Recebimento

O recebimento será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os recebimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.3 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

Cessão de crédito: É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE REALIZAÇÃO DE ENTREGA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de realização: Entrega de forma parcelada.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. registro comercial no caso de firma individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. RG e CPF de todos os sócios da empresa.

- DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO- FINANCEIRA E TÉCNICA

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

I- Regularidade Fiscal

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da **licitante**;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

II-RegularidadeTrabalhista

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

III-RegularidadeEconômico/Financeira

a) Certidão negativa de falência ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
Fls. 58

É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. VALOR ESTIMADO

Valor total estimado consta na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria: 3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

Dores do Turvo, 24 de outubro de 2025.

Gerson Coelho
Secretário de Transportes

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
Fls 59

ANEXO II
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

O Municipio de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº 086.009.216-00 residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede na__, bairro _____, cidade de este ato representada pelo Sr._____,brasileiro,_____, portador RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório Pregão Presencial nº** cujo resultado foi homologado na data de _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

1.1 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

(Anexar tabela)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.1.3.3. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 75

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:
3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

10. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamento

11. DA ENTREGA:

A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possivel a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis reposições por conta do contratado.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

12. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Aquisição

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 77

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualqueroutro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas Testemunhas

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

MINUTA CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E _____

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

O **MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG**, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Kallil Dahier Moreira Cunha, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxx, residente e domiciliado neste Município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa _____ (QUALIFICAÇÃO COMPLETA), que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Constitui objeto deste ajuste, a aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O presente contrato terá seu valor total de R$ _____ (_____) conforme quadro abaixo: (anexar tabela).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega mediante depósito/transferência em conta em conta especifica do CNPJ da empresa.

3.2.Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da Dotação orçamentária do exercício de 2025, sendo:

3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização do presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA– DA ENTREGA

6.1. A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

6.2. Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

6.3 A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

6.4 As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

6.5 No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

6.6 Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

6.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

6.8 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.9 Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis reposições por conta do contratado.

6.10 O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos serviços que forem executados corretamente pela CONTRATADA.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, objeto deste instrumento, em favorda CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato de prestação de serviços poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 74 inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

8.2 - A CONTRATADA, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

Fls. 20

I - Advertência por escrito;

II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pelafalta de fornecimento;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.2. As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.

9.3. As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLAUSULA DECIMA – DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1 - O presente contrato terá vigência até dia 31 de dezembro, com início a partirda data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 - Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14133/21.

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO E REAJUSTE

13.1 –O presente contrato não será reajustado durante o decorrer de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG, xxxxxxxxxx de 2025.

_____

Municipio Dores do Turvo

Kallil Dahier Morcira Cunha – Prefeito Municipal

_____

Contratada

Testemunhas:

Nome:_____CPF: _____

Nome:_____CPF: _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 87

ANEXO III
PROPOSTA

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

Dados da Empresa: _____

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitario	Valor Total

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: R$ xxxxxxx (valor por extenso)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Local data:_____
Assinatura: _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 83

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-__, com sede na _____(endereço completo), **declara**, sob as penas da lei, que, na presente data, **cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, em obediência A Lei nº14133/2021.

Local – data ___/____/_____
(a)_____
Assinatura e identificação do declarante

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.178.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 84

ANEXO V – CREDENCIAMENTO
(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o n° _____, com sede na _____(endereço completo), representado pelo Srº _____ qualificação completa), vem pelo presente credenciar o Sr. _____, RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (qualificação completa) junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Local, ____ de _____2025.

_____
Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 85

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

(dentro envelope 02)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), **DECLARA**:

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Local, ____ de _____ de 2025

Assinatura e identificação do responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 96

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

A Pessoa Juridica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____, nº _____, _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, nacionalidade (a), estado civil (a), cargo, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos beneficios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Local, ____ de _____ de 2025.

_____.
Assinatura do Representante Legal e Identificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 87

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE DORES DO TURVO, MG.

Assunto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

Data: 03 de setembro de 2025.

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de madeiras, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A contratação tem como finalidade garantir o fornecimento contínuo e regular de madeiras de diferentes tipos e dimensões, conforme necessidade da Secretaria, para execução e manutenção de obras públicas, pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas pertencentes à malha viária municipal e áreas públicas.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais, observando-se as quantidades e especificações técnicas estabelecidas no edital e seus anexos.

A adesão ao sistema de Registro de Preços visa otimizar o processo de aquisição, assegurando economicidade, eficiência e agilidade na execução dos serviços públicos, atendendo aos princípios que regem a administração pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls: 98

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

10 de dezembro de 2025 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

O presente Registro de Preços tem por objeto a futura e eventual aquisição de madeiras de diversas espécies, tipos e dimensões, destinadas a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, para utilização em obras, reformas, reparos, construções e manutenções de pontes, mata-burros, passarelas, cercas, bueiros e demais estruturas pertencentes à zona urbana e rural do município.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, observadas as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, tendo em vista a necessidade constante de utilização de madeiras na execução de serviços de construção, manutenção e recuperação de obras públicas, especialmente em pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas que compõem a malha viária e as zonas urbana e rural do município.

A Secretaria realiza de forma contínua serviços de melhoria e conservação das estradas vicinais, vias públicas e edificações municipais, o que exige a disponibilidade imediata de materiais como madeira, de modo a garantir a segurança, trafegabilidade e acessibilidade da população, além de assegurar a

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 99

continuidade dos serviços públicos essenciais.

A adoção do sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e econômica, permitindo à Administração agilidade na aquisição conforme a demanda, racionalização de recursos públicos e planejamento adequado das contratações, evitando a descontinuidade das atividades por falta de materiais e otimizando o atendimento às necessidades do município.

3- MATERIAIS/SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
002	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000
003	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	20
004	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT^2	100
005	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
006	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200
007	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	20
008	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
009	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
010	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
011	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
012	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
013	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

AURIVALTER LOPES DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO DE OBRAS

GERSON COELHO
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 30

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

Dores do Turvo MG, 03 de setembro de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Registro de Preços tem por objeto a futura e eventual aquisição de madeiras de diversas espécies, tipos e dimensões, destinadas a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, para utilização em obras, reformas, reparos, construções e manutenções de pontes, mata-burros, passarelas, cercas, bueiros e demais estruturas pertencentes à zona urbana e rural do município.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, observadas as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação é necessária para garantir o atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG, especialmente na execução de obras, manutenções e reparos em pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas utilizadas nas vias públicas e estradas vicinais do município.

A disponibilidade de madeiras é fundamental para a realização dos serviços de infraestrutura e conservação das estradas rurais, contribuindo para o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso da população aos serviços públicos essenciais.

A aquisição por meio de Registro de Preços visa assegurar o fornecimento contínuo e imediato do material, de acordo com a demanda e a conveniência da Administração, evitando interrupções nas atividades e garantindo a eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio está relacionada à execução e manutenção das atividades essenciais da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG, que demandam o uso constante de madeiras para a construção, recuperação e conservação de pontes, mata-burros, passarelas, cercas e demais estruturas empregadas na infraestrutura urbana e rural do município.

A falta desse material compromete a continuidade dos serviços públicos, impactando diretamente a mobilidade da população, o transporte escolar, o escoamento da produção agrícola e o acesso a comunidades rurais.

Portanto, o registro de preços para aquisição de madeiras visa garantir o pronto atendimento das necessidades operacionais da Secretaria, assegurando que os serviços de manutenção e obras sejam realizados com eficiência, qualidade e dentro dos prazos necessários, em consonância com o planejamento da Administração Municipal.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
002	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000
003	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	20
004	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT^2	100
005	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
006	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200
007	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	20
008	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
009	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 93

010	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
011	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT^3	50
012	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50
013	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela aquisição de madeiras por meio de Registro de Preços apresenta-se como a solução técnica e economicamente mais adequada para atender às demandas contínuas e variáveis da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG.

Sob o ponto de vista técnico, o sistema de Registro de Preços possibilita o planejamento adequado das aquisições, permitindo que os materiais sejam fornecidos de forma parcelada e conforme a real necessidade da Administração, evitando o acúmulo de estoques, perdas de material e deterioração decorrente do armazenamento prolongado. Além disso, garante padronização de qualidade, uma vez que as especificações técnicas são previamente definidas no edital.

Sob o aspecto econômico, o Registro de Preços proporciona maior competitividade entre os fornecedores, resultando em melhores condições de preço e qualidade. A modalidade também assegura economicidade e eficiência no gasto público, permitindo à Administração efetuar contratações apenas quando houver necessidade, sem comprometer recursos financeiros de forma antecipada.

Assim, a solução proposta atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo que o Município disponha de materiais essenciais à manutenção de sua infraestrutura com rapidez, segurança e custo-benefício adequado.

7. RESPONSÁVEIS

AURIVALTER LOPES DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO DE OBRAS

GERSON COELHO
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 94

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 03 de setembro de 2025

KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

Fls. 35

PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº 141/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

REGISTRO DE PREÇO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART 28, inciso I, Lei Federal nº 14.133/21

DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG.

Procedida à análise da documentação acostada aos autos do Pregão Presencial Nº 057/2025, segue o parecer:

Por força do disposto na Lei Orgânica Municipal, bem como o que disciplina a Lei Federal nº 14.133/2021, faço análise do requerimento que encontra-se instruído com os seguintes documentos:

a) Requerimento;
b) Autorização;
c) Autorização contábil;
d) Justificativa da modalidade
e) Minuta do Edital;
f) Orçamentos e média de preços;
g) Demais documentos de instrução interna.

1. Do mérito.

1.1. Aspectos de legalidade.

No que tange aos aspectos de legalidade do procedimento preparatório para o PI. Nº 141/2025, esta Assessoria Jurídica verificou que a CPL adotou todos os trâmites

administrativos devidos para o início do certame licitatório, respeitando os ditames da Lei Federal nº 14.133/2021.

A modalidade adotada no presente caso (Pregão Presencial) atende aos fins constitucionais da eficiência e o subprincípio da economicidade (dentro outros). Além do mais, o bem/serviço a ser adquirido enquadram-se no conceito de bens/serviços comuns, não possuindo especificações técnicas que possam afastar a presente modalidade de licitação.

Já no que se refere ao Sistema de Registro de Preços é uma opção economicamente viável à Administração, portanto, preferencial em relação às demais. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços se dá em razão de diversos fatores:

- quando houver necessidade de compras habituais;
- quando a característica do bem ou serviço recomendarem contratações frequentes, como por exemplo: medicamentos, produtos perecíveis, serviços de manutenção, aquisição de peças, combustíveis etc.;
- quando a estocagem dos produtos não for recomendável quer pelo caráter perecível quer pela dificuldade no armazenamento;
- quando for viável a entrega parcelada;
- quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda;
- quando for conveniente a mais de um órgão da Administração.

O sistema adotado pela Administração Pública no presente caso (Registro de Preços) atende aos fins constitucionais da eficiência e o subprincipio da economicidade.

Corroborando com o exposto acima, Edgar Guimarães e Joel de Menezes Niebuhr (2008, p.25), assinalam que o sistema de registro de preços ameniza muito a tarefa dos órgãos públicos, senão vejamos:

"A principal vantagem do registro de preços ocorre em relação aos objetos cujos quantitativos sejam de difícil previsibilidade, como ocorre com pneus, peças, combustíveis, material de expediente, medicamentos, insumos de informática, etc."

2. Conclusão.

Ainda quanto às justificativas técnicas apresentadas pela CPL para Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG.

Relembre-se que não está na seara da Assessoria Jurídica avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade de sua aquisição, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

Assim, após analisar do Edital do Processo Licitatório nº 141/2025, modalidade Pregão Presencial nº 057/2025, conforme Planilhas de Especificações que integram o instrumento convocatório, informo que o mesmo encontra-se devidamente elaborado, nos termos do que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021, podendo a Comissão de Licitação e o Pregoeiro dar continuidade ao respectivo processo.

Sem mais para o momento.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo MG, 28 de outubro de 2025.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG nº 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
Fls. 98

Encaminhamento para parecer jurídico:

Encaminhamos a presente Licitação Processo nº. 141/2025, na modalidade Pregão Presencial nº 057/2025, Registro de Preço, tipo menor preço por item para apreciação e emissão de Parecer quanto à continuação do Processo.

Município de Dores do Turvo, 24 de outubro de 2025.

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 99

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL 057/2025
MENOR PREÇO POR ITEM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025
OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO torna público que às 12h00min (doze horas) do dia 10 (dez) de novembro de 2025, na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, em Dores do Turvo/MG, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 14133/21, promoverá abertura de Licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL para Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

O Edital completo poderá ser examinado e solicitado na Prefeitura de Dores do Turvo. Mais informações pelo telefone 0800 032 3040 a partir das 10h00min ou pelo e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

Dores do Turvo, 28 de outubro de 2025.

Edmar Antônio Venâncio
Pregoeiro Municipal

- CERTIDÃO –

Certifico e dou fé que o instrumento convocatório referente ao Processo nº 141/2025, modalidade Pregão Presencial nº 057/2025, foi publicado e afixado na integra no Quadro de Avisos do Município, nesta data. Por ser verdade firmo a presente.

Dores do Turvo, 28 de outubro de 2025.

Lucas Ferreira Teixeira
Membro Apoio

Diário Oficial Eletrônico

Município de Dores do Turvo – Minas Gerais
(Lei Municipal n° 950, de 09/11/2017)

Diário Oficial da PM de Dores do Turvo – N° 1278 terça-feira, 28 de outubro de 2025

PUBLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo licitatório nº 141/2025 Pregão Presencial nº 057/2025, que será realizado dia 10/11/2025, as 12:00 na sede da Prefeitura Municipal Tipo Menor preço por item. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG. O edital esta no site oficial do Município (www.doresdoturvo.mg.gov.br); PNCP e sala de licitação da Prefeitura Rua Paulo F. de Faria, nº 55, centro. Inf. Nº: 0800 032 3040 e-mail: licitação@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 28/10/2025. Edmar Antônio Venâncio – Pregoeiro

MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142
Dados: 2025.10.28 18:24:23 -03'00'

Edital nº 141/2025

Última atualização: 28/10/2025

Local: Dores do Turvo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE DORES DO TURVO **Unidade compradora:** 1 - Secretaria

Modalidade da contratação: Pregão - Presencial **Amparo legal:** Lei 14.133/2021 Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 28/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 10/11/2025 12:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 10/11/2025 12:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18128249000142-1-000105/2025 **Fonte:** Planejar Consultores Associados Ltda

Justificativa da Modalidade Presencial:

Decreto municipal 003/2025. Certame será filmado e transmitido em tempo real.

Objeto:

Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 1.239.213,70

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	R$ 2.418,67
2	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	5000	R$ 27,00
3	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	20	R$ 2.550,00
4	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	100	R$ 68,75
5	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	R$ 2.550,00

Exibir: 5 | 1-5 de 13 itens | Página 1

Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial, destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, lidedignidade e conteúdo das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestaoaqui.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap
Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LORES DO TURVO - MG
Fls 102

Texto destinado à edição de informações relacionadas a licenças de uso.

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

ANEXO IV DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 103

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 inscrita no CNPJ sob o nº**45.915.689/0001-12**, com sede na **Rua Atilio Aniceto Moreira, Sn, Centro, Dores do Turvo-MG,** declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.

Dores do Turvo, 07 de novembro de 2025.

Whesley Bruno da Costa Barroso

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF – 079.204.956-01 C.I – MG-14.443.071 SSPMG

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 104

ANEXO V – CREDENCIAMENTO

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

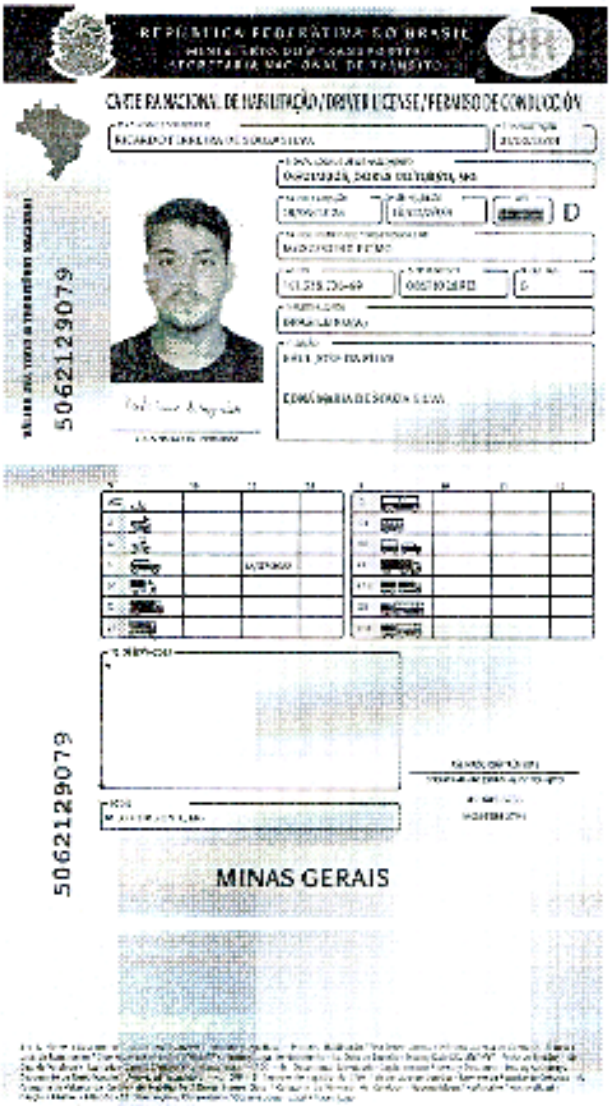
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 inscrita no CNPJ sob o nº**45.915.689/0001-12**, com sede na **Rua Atilio Aniceto Moreira, Sn, Centro, Dores do Turvo-MG**, representado pelo Sr **Whesley Bruno da Costa Barroso,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF **079.204.956-01** e do RG – **MG-14.443.071** vem pelo presente credenciar o Sr. **Ricardo Ferreira de Souza Silva** RG nº **MG-22.333.240**, inscrito no CPF sob o nº **161.538.736-69**, brasileiro, solteiro, estudante, junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Dores do Turvo, 07 de novembro de 2025.

Whesley Bruno da Costa Barroso

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF – 079.204.956-01 C.I – MG-14.443.071 SSPMG



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

CARTÓRIO CENTRAL DE DORES DO TURVO
Fls 105

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FLS. 106

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código de Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31826013126	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGN2332610768

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2217	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

DORES DO TURVO
Local

8 FEVEREIRO 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/___ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/___ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/___ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, Nire 31823013126 e protocolo 233773591 - 09/02/2023. Autenticação: 1FD3BF63487FC5F75E22F53D44264DDB8E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança IDZ8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 1/6

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Fls 107

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/077.359-1	MGN2332610768	08/02/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 08/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920195601, Nire 31826013126 e protocolo 250773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3BF6D467FC5F75E22F53D44264DD88E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança 1BZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE
31826013123

NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (sem abreviaturas)
WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

ESTADO CIVIL
CASADO

SEXO
M [ ] F [ ]

REGIME DE BENS (se casado)
COMUNHAO PARCIAL

FILIAÇÃO
ALCIDES BARROSO NETO

(mãe)
HELENA MOREIRA DA COSTA BARROSO

NASCIDO EM (data de nascimento)
17/07/1987

IDENTIDADE (número)
14443071

Órgão Emissor
SSP

UF
MG

CPF (número)
079.204.956-01

EMANCIPADO POR (forma de emancipação e órgão, no caso de menor)

E-MAIL
gl-db@hotmail.com

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO (rua, av, etc.)
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA

NÚMERO
SN

COMPLEMENTO

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
36513000

MUNICÍPIO
DORES DO TURVO

UF
MG

Declaro que a atividade se

- [ ] ENQUADRA
- [ ] REENQUADRA
- [ ] DESENQUADRA

Porte

- [x] MICROEMPRESA - ME
- [ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações e estudos relativos ao arquivamento e cumpro o disposto no artigo 286 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 37920495601

LOGRADOURO (rua, av, etc.)
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
36513000

MUNICÍPIO
DORES DO TURVO

UF
MG

PAÍS
BRASIL

CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
OII-DT@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$
25.000,00

VALOR DO CAPITAL (por extenso)
VINTE E CINCO MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
4744002

DESCRIÇÃO DO OBJETO
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE MADEIRA E ARTEFATOS

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES
05/04/2002

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
45915689000112

TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF
NIRE anterior

UF

CASO DA JUNTA COMERCIAL DETENTORA A TRANSFERÊNCIA SEJA INTERESTADUAL
[ ] 1 - SIM
[ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou representante legal/procurador) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA
05/02/2023

ASSINATURA DO EMPRESÁRIO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____
___/___/____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2332610769

MG2332610

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10340513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 37920495601, Nire 31826013123 e protocolo 230770591 - 09/02/2023. Autenticação: 1FD3BF63467FC5F76E22F53D44961DDB6E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança IBZ9 Este cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Fls 109

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/077.359-1	MGN2332610788	08/02/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601. Nire 3182803126 e protocolo 230773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD5BF63467FC6F75E22F53D41284DDB8E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tBZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 110

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, de NIRE 3182601312-6 e protocolado sob o número 23/077.359-1 em 08/02/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10040513, em 09/02/2023. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Fabricio Sgarbosa Naves.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Documento Principal

Assinante(a)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Belo Horizonte, quinta-feira, 09 de fevereiro de 2023

Documento assinado eletrônicamente por Fabricio Sgarbosa Naves, Servidor(a) Público(a), em 09/02/2023, às 10:08 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/077.359-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, Nire 31826013126 e protocolo 233773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3BF634671C0F76E22F53D44264DD0BE3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tBZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 09 de fevereiro de 2023

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, Nire 31926813126 e protocolo 230773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3BF63467FC5F75E22F53D44264DDB8E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tEZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

Fls 112

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

A Pessoa Jurídica **WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601** inscrita no CNPJ sob o nº**45.915.689/0001-12**, com sede na **Rua Atilio Aniceto Moreira, Sn, Centro, Dores do Turvo-MG,** neste ato representada pelo Sr. **Whesley Bruno da Costa Barroso**, inscrito no CPF sob o nº **079.204.956-01**, brasileiro, casado, sócio administrador, DECLARA, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Dores do Turvo, 07 de novembro de 2025.

Whesley Bruno da Costa Barroso

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF – 079.204.956-01 C.I – MG-14.443.071 SSPMG

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
Natureza Jurídica: EMPRESARIO

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade
45.915.689/0001-12	05/04/2022	05/04/2022

Endereço Completo:
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA S/N - BAIRRO CENTRO CEP 36513-000 - DORES DO TURVO/MG

Objeto:
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE MADEIRA E ARTEFATOS

Capital:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)
R$ 25.000,00 VINTE E CINCO MIL REAIS	MICRO EMPRESA

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 09/02/2023 — Número: 10040513

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Nome do Empresário: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
Identidade: 14443071 — CPF: 079.204.956-01
Estado Civil: Casado — Regime de Bens: Comunhao Parcial

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 07 de Novembro de 2025 14:54

MANINELY DE PAULA BONFIM
SECRETARIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C25I003235145 e visualize a certidão)

25/731.555-7

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 114

PROCESSO LICITATORIO Nº: 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 057/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO: ABERTO

DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A empresa 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI, CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, neste ato representada por Airton Jose Alves Grossi, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 120.311.526-10, RG nº MG-18.214.343 SSPMG, residente e domiciliado ao Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, DECLARA, para fins de participação na licitação Pregão Presencial nº **057/2025**, promovida pelo município de Dores do Turvo-MG, e sob as penas da lei, que na presente data, atende a todas as exigências de HABILITAÇÃO contidas no referido Edital, em obediência ao art. 4º, inc. VII da Lei nº 10.520/02.

Declara ainda que se trata de:

( ) Empresa de Pequeno Porte – EPP
( ) Microempresa – ME
(X) Microempreendedor Individual - MEI

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

Airton José Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 515

CONFERE COM ORIGINAL
10/11/2025

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado de Minas Gerais
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais



Nome / Name
SUSANE ZANETI REIS

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
120.379.446-08

Sexo / Sex
F

Data de Nascimento / Date of Birth
29/08/1996

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
UBA/MG

Validade / Expiry
23/08/2034

Susane Zaneti Reis
Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE

A10007114064

PII-2203

Filiação / Filiation
GILDA CRISTINA ZANETI REIS

JOSE ELSON COSTA REIS

Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO / PCMG

Local / Place of Issue
BELO HORIZONTE

Emissão / Issue
23/08/2024

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Adriana de Barros Monteiro
Diretora do Instituto de Identificação

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 136

CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATORIO Nº: 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 057/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO: ABERTO

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A empresa 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI, CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, neste ato, representada por Airton Jose Alves Grossi, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 120.311.526-10, RG nº MG-18.214.343 SSPMG, vem pelo presente credenciar a Sra GILDA CRISTINA ZANETTI REIS, inscrita no RG e CPF sob o nº 120.379.44608, brasileira, natural de Ubá-MG, auxiliar de escritório, residente e domiciliada ao Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, junto à Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo a mesma poderes de efetuar lances, assinar atas e recusar caso conveniente.

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI:57395981000130
57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI:57395981000130
2025.11.06 13:26:10 -03'00'

Airton Jose Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
AIRTON JOSE ALVES GROSSI

CPF
120.311.526-10

CNPJ
57.395.981/0001-30

Data de Abertura
23/09/2024

Nome Empresarial
57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
23/09/2024

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
36513-000	SITIO GRAO MONGOL	SN
Bairro	**Município**	**UF**
ZONA RURAL	DORES DO TURVO	MG

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	23/09/2024	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Artesão(ã) em madeira independente

Atividade Principal (CNAE)
1629-3/01 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis

Ocupações Secundárias
Comerciante independente de madeira e artefatos
Comerciante independente de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
Reciclador(a) de borracha, madeira, papel e vidro, independente

Atividades Secundárias (CNAE)
4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
3839-4/99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG - CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 119

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATORIO Nº: 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 057/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO: ABERTO

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A empresa 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI, CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, neste ato, representada por Airton Jose Alves Grossi, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 120.311.526-10, RG nº MG-18.214.343 SSPMG, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Micro Empreendedor Individual-MEI, e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

Airton José Alves Grossi

Airton Jose Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e/ou de arquivos eletrônicos recebidos do Portal do Empreendedor e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial	57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Nome Fantasia	xxxxxxx
Natureza Jurídica	EMPRESARIO

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade
57.395.981/0001-30	23/09/2024	23/09/2024

Endereço Completo:
SITIO GRAO MONGOL S/N - BAIRRO ZONA RURAL CEP 36513-000 - DORES DO TURVO/MG

Ocupação Principal: Artesão(ã) em madeira independente
Ocupação(ões) Secundária(s): Comerciante independente de madeira e artefatos
Comerciante independente de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
Recicladon(a) de borracha, madeira, papel e vidro, independente

Situação	Status	Microempreendedor Individual - MEI
ATIVA	xxxxxxx	SIM (Lei Complementar nº123/06)

Objeto Social:
FABRICACAO DE PRODUTOS ARTESANAIS EM MADEIRA - ARTESAO EM MADEIRA INDEPENDENTE. COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS. COMERCIO VAREJISTA DE CARVAO E LENHA - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE CARVAO E LENHA. COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE MADEIRA E ARTEFATOS. SERVICOS DE RECICLAGEM DE MATERIAIS DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO - RECICLADOR DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO, INDEPENDENTE

Capital: R$10.000,00 DEZ MIL REAIS	Microempresa SIM (Lei Complementar nº123/06)

Último Arquivamento		Data	Nº Arquivamento	Data Efeito
Ato	002 - ALTERACAO	18/02/2025	12515867	18/02/2025
Evento(s)	2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)			
	2703 - ALTERACAO DO CODIGO DE OCUPACAO (EVENTO EXCLUSIVO DO MEI)			

Nome do Empresário: AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Identidade: 16214343 CPF: 120.311.526-10
Estado Civil: xxxxxxx Regime Bens: xxxxxxx

Os dados cadastrais ora certificados referem-se a Inscrição de Microempreendedor Individual e suas alterações, a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.
Os dados cadastrais foram recepcionados do sistema REDESIMPLES e podem não refletir a situação do empresário nessa data.
NADA MAIS#

Belo Horizonte, 05 de Novembro de 2025 14:33

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

25726.615-1

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validacao visual (digite o nº C250003206961 e visualize a certidão)

54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA
ESTADO DE MINAS GERAIS _CEP.: 36.513-000
COM VARGEM N S APARECIDA, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG
serrariadavargem@gmail.com CNPJ:54.738.684/0001-52
tel: (32)98438-1394

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 120

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA, inscrito no CNPJ sob o nº **54.738.648/0001-52** com sede na **COM VARGEM N S APARECIDA, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG,** declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.

Dores do Turvo-MG 10 de novembro 2025

Marcos Wellington Silva
Assinatura e identificação do declarante

54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA
ESTADO DE MINAS GERAIS _CEP.: 36.513-000
COM VARGEM N S APARECIDA, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG
serrariadavargem@gmail.com CNPJ:**54.738.684/0001-52**
tel: (32)98438-1394

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 21

ANEXO V – CREDENCIAMENTO
(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

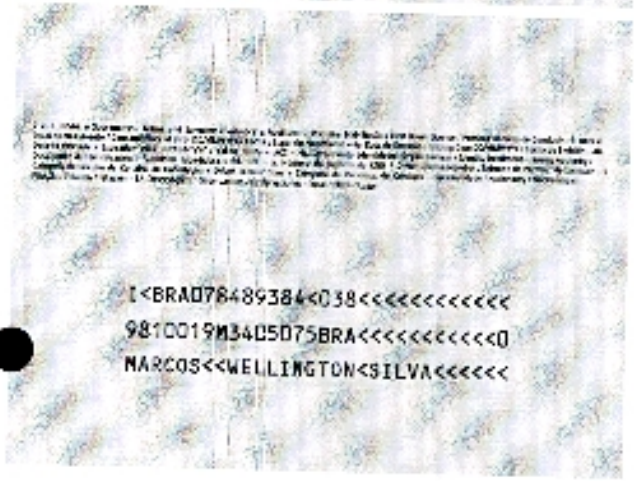
54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA inscrito no CNPJ sob o n°**54.738.684/0001-52** com sede a **COM VARGEM N S APARECIDA**, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG, representado pelo Srº **MARCOS WELLINGTON SILVA, Empresário** , vem pelo presente credenciar o Sr.**MARCOS WELLINGTON SILVA,** RG nº MG-19867951, inscrito no CPF sob o nº 133.358.186-60, Brasileiro, Empresário, solteiro, morador da COM VARGEM N S APARECIDA, S/N- Zona Rural-DORES DO TURVO/MG, CEP 36.513-000, junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Dores do Turvo-MG, 10 de novembro de 2025.

Marcos Wellington Silva
Assinatura e identificação do responsável







QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 123

Empresário(a)

Nome Civil
MARCOS WELLINGTON SILVA

CPF
133.358.186-60

CNPJ
54.738.684/0001-52

Data de Abertura
15/04/2024

Nome Empresarial
54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA

Capital Social
7.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
15/04/2024

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
36513-000	COMUNIDADE VARGEM N S APARECIDA	S/N
Bairro	**Município**	**UF**
ZONA RURAL	DORES DO TURVO	MG

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	15/04/2024	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Comerciante independente de madeira e artefatos

Atividade Principal (CNAE)
4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos

54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA
ESTADO DE MINAS GERAIS _CEP.: 36.513-000
COM VARGEM N S APARECIDA, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG
serrariadavargem@gmail.com CNPJ:54.738.684/0001-52
tel: (32)98438-1394

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
Fls 124

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA ,ESTADO DE MINAS GERAIS CEP.: 36.513-000 **COM VARGEM N S APARECIDA**, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG neste ato representada pelo Sr **MARCOS WELLINGTON SILVA**, inscrito no CPF sob o nº133.358.186-60,Brasileiro, solteiro, Empresário, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Dores do Turvo-MG 10 de novembro de 2025

Marcos Wellington Silva

Assinatura do Representante Legal e Identificação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 175

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e/ou de arquivos eletrônicos recebidos do Portal do Empreendedor e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial	54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA
Nome Fantasia	xxxxxxx
Natureza Jurídica	EMPRESARIO

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade
54.738.684/0001-62	15/04/2024	15/04/2024

Endereço Completo:
COMUNIDADE VARGEM N S APARECIDA S/N - BAIRRO ZONA RURAL CEP 36513-000 - DORES DO TURVO/MG

Ocupação Principal: Comerciante independente de artigos de armarinho

Situação	Status	Microempreendedor Individual - MEI
ATIVA	xxxxxxx	SIM (Lei Complementar nº128/08)

Objeto Social:
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE MADEIRA E ARTEFATOS

Capital: R$7.000,00 SETE MIL REAIS	Microempresa SIM (Lei Complementar nº123/06)

Último Arquivamento			Data	Nº Arquivamento	Data Efeito
Ato	002	- ALTERACAO	16/12/2024	12177763	16/12/2024
Evento(s)	2244	- ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)			
	2211	- ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO			
	2701	- ALTERACAO DE ENDERECO RESIDENCIAL (EVENTO EXCLUSIVO DO MEI)			
	2703	- ALTERACAO DO CODIGO DE OCUPACAO (EVENTO EXCLUSIVO DO MEI)			

Nome do Empresário: MARCOS WELLINGTON SILVA
Identidade: 19667951 CPF: 133.358.186-60
Estado Civil: xxxxxxx Regime Bens: xxxxxxx

Os dados cadastrais ora certificados referem-se a Inscrição de Microempreendedor Individual e suas alterações, a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.
Os dados cadastrais foram recepcionados do sistema REDESIMPLES e podem não refletir a situação do empresário nessa data.
NADA MAIS#

Belo Horizonte, 06 de Novembro de 2025 10:16

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C250003219134 e visualize a certidão)

25/728.703-5

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

ANEXO IV
DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO (fora do envelope)
Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025 O
BJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG
MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°30291717000109, com sede na RUA ANGELO JACOVINE,67,LOJA CENTRO ARAPONGA MG CEP:36594000, declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.
Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025. ___

Marcos Alexandre Belo
30291717000109
13345149680

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 197

ANEXO V CREDENCIAMENTO (fora do envelope)
Processo nº 141/2025 Pregão Presencial 057/2025
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°30291717000109, com sede na RUA ANGELO JACOVINE,67,LOJA CENTRO ARAPONGA MG CEP:36594000, representado pelo Srº MARCOS ALEXANDRE BELO,brasileiro,solteiro,empresario residente a rua joao pereira guregl,46 centro araponga-mg, vem pelo presente credenciar o Sr. MARCOS ALEXANDRE BELO, RG n° 17439050 inscrito no CPF sob o nº 13345149680,brasileiro,solteiro,empresario residente a rua joao pereira guregl,46 centro araponga-mg, junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

Marcos Alexandre Belo
30291717000109
13345149680

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

gov.br

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

1<BRA074870004<682<<<<<<<<<<<
9503098M3212079BRA<<<<<<<<<<<8
MARCOS<<ALEXANDRE<BELO<<<<<<<<

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
133.451.496-80

Nome
MARCOS ALEXANDRE BELO

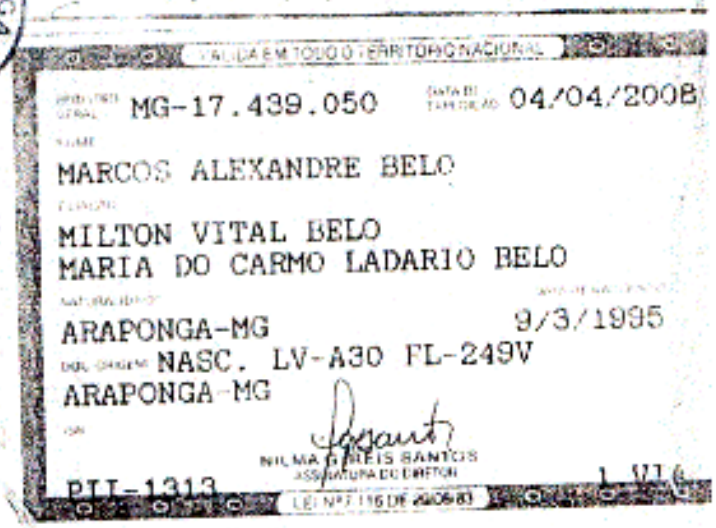
Nascimento
09/03/1995



CÓDIGO DE CONTROLE
3BDA.BF15.97D6.400F

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
as 09:59:19 do dia 13/08/2020 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Autentico este documento, composto de 01 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Araponga-MG, 13 de agosto de 2020

SELO DE CONSULTA: CVC86478
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9919.9390.0838.3161
Quantidade de atos praticados: 02
Ato(s) praticado(s) por: Edilaine Teixeira Al - Tabela Su
Emol.: R$ 10,96 - Tx Judic.: R$ 3,40 - Total: R$ 14,36 - ISS: R$ 0,00
Consulte a validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Edilaine Teixeira Alves
Oficiala Substituta

Nº DA ETIQUETA AAG32978

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Fls. 130

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MGP2500544039

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ARAPONGA
Local

25 JUNHO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome:
Assinatura:
Telefone de Contato:

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO Data Responsável ☐ NÃO Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ ☐ ☐ ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data Responsável

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) Processo deferido. Publique-se e arquive-se.	☐	☐	☐	☐
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

__/__/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 131

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA5837729 72E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.juxemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Fls 132

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/419.644-6	MGP2500544039	27/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

Página 1 de 1

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

5XD9LUJlOLR9DO1 6DOD&HQWUR9LoRVD±0*
&(3
(PDLOFRQWDELOLGGHERWHOKR#JPDLOFRP

CONTABILIDADE BOTELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 134

Cláusula Segunda – A sociedade tem sua sede na Rua Angelo Jacovini nº 67, Centro, na cidade de araponga, estado de Minas Gerais, CEP: 36.594-000.

Cláusula Terceira – O objetivo social é Comercio varejista de madeira e artefatos, comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar, partes e peças, comercio varejista de material elétrico, comercio varejista de ferragens e ferramentas, comercio varejista de materiais hidráulicos, comercio varejista de materiais de construção e comercio varejista de artigos de papelaria

Cláusula Quarta – O capital social é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país em 24 de abril de 2018, assim distribuídas:

NOME	N. QUOTAS	VR. EM R$	%
MARCOS ALEXANDRE BELO	15.000	15.000,00	100
TOTAIS	15.000	15.000,00	100

Cláusula Quinta – A sociedade iniciou suas atividades em 24 de abril de 2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições o direito de preferência para a sua aquisição.

Cláusula Sétima – A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCOS ALEXANDRE BELO,** com poderes e atribuições de administrador, podendo representar a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens moveis e imóveis da sociedade, sem a autorização do outro sócio.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Fls 136

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/419.644-6	MGP2500544039	27/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Fls. 137

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, de NIRE 3121667339-4 e protocolado sob o número 25/419.644-6 em 27/06/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31216673394, em 01/07/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador HUGO NEVES ROCHA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

Belo Horizonte, terça-feira, 01 de julho de 2025

Documento assinado eletrônicamente por HUGO NEVES ROCHA, Servidor(a) Público(a), em 01/07/2025, às 13:54 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de servicos da jucemg informando o número do protocolo 25/419.644-6.

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B674CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 01 de julho de 2025

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança mkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 139

ANEXO VII -
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(fora do envelope)
Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

A Pessoa Jurídica MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 30291717000109 com sede na RUA ANGELO JACOVINE nº 67, LOJA 1 CENTRO ARAPONGA-MG_, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) MARCOS ALEXANDRE BELO, inscrito no CPF sob o nº 13345149680, nacionalidade (brasileiro), estado civil (solteiro), cargo-socio administrador, DECLARA, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025. ___

Marcos Alexandre Belo
30291717000109
13345149680

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Fls 140

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
30.291.717/0001-09	24/04/2018	24/04/2018

Endereço Completo:
RUA ANGELO JACOVINI 67 - BAIRRO CENTRO CEP 36594-000 - ARAPONGA/MG

Objeto Social:
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS, COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS, COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR, PARTES E PECAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 15.000,00 QUINZE MIL REAIS		
Capital Integralizado: R$ 15.000,00 QUINZE MIL REAIS	EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
133.451.496-60	MARCOS ALEXANDRE BELO	R$ 15.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 01/07/2025 — Número: 31216873394

Ato	002	- ALTERACAO
Evento(s)	020	- ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
	051	- CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	2031	- ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
	046	- TRANSFORMACAO

NADA MAIS//

Belo Horizonte, 07 de Novembro de 2025 13:28

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C250003220974 e visualize a certidão)

25/731.640-0

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003179202.00-40 **CPF/CNPJ:** 30.291.717/0001-09

NOME/NOME EMPRESARIAL: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

NOME FANTASIA: MB EUCALIPTO

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / DESMEMBRAMENTO: 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 24/04/2018 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 24/04/2018

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 36594000 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: ARAPONGA

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: CENTRO

LOGRADOURO: R ANGELO JACOVINI

NUMERO: 67

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

21/10/2025 10:16:58

JARMENO HELENO CABRAL
CNPJ: 01.565.743/0001-71
ENDEREÇO: Loc. Sitio Sao Miguel, s/nº, zona rural, Dores do Turvo-MG
EMAIL: josimartiagodusilva@gmail.com Tel: (32) 9 8431-4718

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 147

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

JARMENO HELENO CABRAL , inserita no CNPJ sob o nº 01.565.743/0001-71, com sede na Loc. Sitio Sao Miguel, s/nº, zona rural, Dores do Turvo-MG, declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.

Dores do Turvo-MG, 10 de Novembro de 2025.

Jarmeno Heleno Cabral
JARMENO HELENO CABRAL
CPF: 328.663.646-00

JARMENO HELENO CABRAL
CNPJ: 01.565.743/0001-71
ENDEREÇO: Loc. Sitio Sao Miguel, s/nº, zona rural, Dores do Turvo-MG
EMAIL: josimartiagodasilva@gmail.com Tel: (32) 9 8431-4718

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 143

ANEXO V – CREDENCIAMENTO
(fora do envelope)

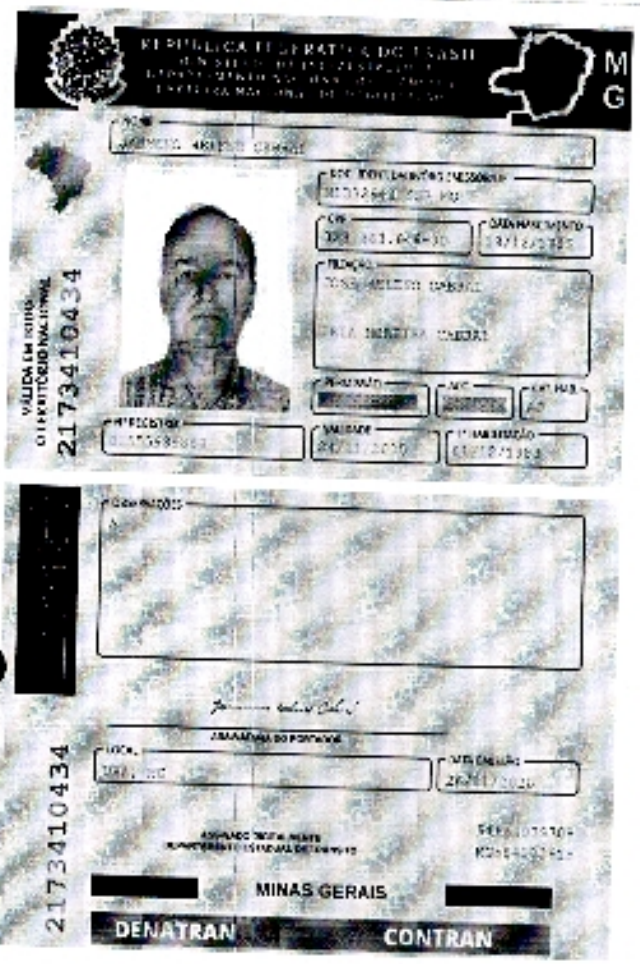
Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

JARMENO HELENO CABRAL., inscrita no CNPJ sob o nº 01.565.743/0001-71, com sede na Loc. Sitio Sao Miguel, s/nº, zona rural, Dores do Turvo-MG, representado pelo Srº Jarmeno Heleno Cabral,brasileiro, empresário, vem pelo presente credenciar o Sr.Jarmeno Heleno Cabral, RG nº M1332642, inscrito no CPF sob o nº 328.663.646-00, junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Dores do Turvo-MG, 10 de Novembro de 2025.

Jarmeno Heleno Cabral
JARMENO HELENO CABRAL
CPF: 328.663.646-00



QR-CODE

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
Fls. 144

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

Para efeito do disposto na Lei nº 7.256, de 27/11/84 - estatuto da microempresa - e requerendo seu registro como microempresa, o(s) abaixo-assinado(s) declara(m), sob as penas da lei, que:

ALTERNATIVA "A" - ART. 6º: EMPRESA JÁ CONSTITUÍDA

1) a empresa se denomina _____ e tem sua sede à _____, na cidade de _____;

2) titular/sócios - nome(s) e respectiva qualificação (nacionalidade, estado civil - se solteiro, indicar a data de nascimento ou declarar se é maior de 21 anos - profissão residência, nº do documento de identidade, nome do órgão expedidor e do Estado emissor, CPF):

Fls 145

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 3310480303 55 Em 19/11/96
Prot. 962322741
AUGUSTO OLIVEIRA DE PAIVA
PELA SECRETÁRIA GERAL

3) a empresa está registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) sob o nº _____, de ___/___/_____, e

4) seu número de inscrição no CGC-MF é _____;

5) o volume de receita bruta anual da empresa [ ] não excedeu, no ano anterior, [ ] não excederá o limite fixado no art. 2º daquele estatuto, observado o disposto no art. 1º do Decreto nº 95.184, de 10/11/87, e que ela não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3º da mencionada lei.

ALTERNATIVA "B" - ART. 7º: EMPRESA EM CONSTITUIÇÃO
(ato constitutivo anexo para registro)

a receita bruta anual da requerente, empresa Jarmeno Heleno Cabral _____, com sede à Sítio São Miguel, S/N _____, na cidade de Dores do Turvo M.G _____, não excederá o limite fixado no art. 2º daquele estatuto, observado o disposto no artigo 1º do Decreto nº 95.184, de 10/11/87, e que ela não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão previstas no art. 3º da mencionada lei.

Local e data: Ubá, 11 de novembro de 1996.

Assinatura(s) com a respectiva tradução, do(s) titular/sócios:

Jarmeno Heleno Cabral

JARMENO HELENO CABRAL
CNPJ: 01.565.743/0001-71
ENDEREÇO: Loc. Sitio Sao Miguel, s/nº, zona rural, Dores do Turvo-MG
EMAIL: josimartiagodasilva@gmail.com Tel: (32) 9 8431-4718

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 146

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(fora do envelope)

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

JARMENO HELENO CABRAL , inscrita no CNPJ sob o nº 01.565.743/0001-71, com sede na Loc. Sitio Sao Miguel, s/nº, zona rural, Dores do Turvo-MG, neste ato representada pelo Sr. Jarmeno Heleno Cabral, inscrito no CPF sob o nº328.663.646-00, brasileiro, empresário, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Dores do Turvo-mg, 10 de Novembro de 2025.

Jarmeno Heleno Cabral
JARMENO HELENO CABRAL
CPF:328.663.646-00

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 147

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
01.565.743/0001-71 MATRIZ		20/11/1996

NOME EMPRESARIAL
JARMENO HELENO CABRAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SERRARIA SAO MIGUEL	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
16.10-2-03 - Serrarias com desdobramento de madeira em bruto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
LOC SITIO SAO MIGUEL	S/N	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.513-000	ZONA RURAL	DORES DO TURVO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **04/11/2025** às **14:09:36** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos os direitos reservados.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

148

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: JARMENO HELENO CABRAL -ME
Natureza Jurídica: EMPRESARIO

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade
xxxxxxx	19/11/1996	01/12/1996

Endereço Completo:
**SITIO SAO MIGUEL - BAIRRO ZONA RURAL CEP 36508-000 - UBA/MG

Atividade(s):
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS
SERRARIAS SEM DESDOBRAMENTO DE MADEIRA EM BRUTO - RESSERRAGEM
SERRARIAS COM DESDOBRAMENTO DE MADEIRA EM BRUTO

Capital: R$ 3.000,00
TRÊS MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)
MICRO EMPRESA

Situação: CANCELADA-ART.60 LEI 8934/94
Status: XXXXXXXX

Último Arquivamento: 10/12/2007
Número: 3831285

Ato 904 - MEDIDA ADMINISTRATIVA
Evento(s) 954 - CANCELAMENTO - ART 60 LEI 8934/94

Nome do Empresário: JARMENO HELENO CABRAL
Identidade: xxxxxxx
CPF: 328.663.646-00
Estado Civil: xxxxxxx
Regime de Bens: xxxxxxx

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 02 de Outubro de 2025 09:24

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

25/647.037-5

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C250002835721 e visualize a certidão)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 149

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
01.565.743/0001-71 MATRIZ		20/11/1996

NOME EMPRESARIAL
JARMENO HELENO CABRAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SERRARIA SAO MIGUEL	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
16.10-2-03 - Serrarias com desdobramento de madeira em bruto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
LOC SITIO SAO MIGUEL	S/N	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.513-000	ZONA RURAL	DORES DO TURVO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/11/2025** às **12:44:01** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

§ 2º É vedada a cobrança de preço pelo serviço de arquivamento dos documentos relativos à extinção do registro do empresário individual, da empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) e da sociedade limitada. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

~~Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o previsto no art. 58 desta lei.~~

~~Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57.~~ (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021)

Art. 56. Os documentos arquivados pelas juntas comerciais não serão retirados, em qualquer hipótese, de suas dependências, ressalvado o disposto no art. 57 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~Art. 57. Os atos de empresas, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser devolvidos pela juntas comerciais, conforme dispuser o regulamento.~~

~~Art. 57. Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento.~~ (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021)

Art. 57. Quaisquer atos e documentos, após microfilmados ou preservada a sua imagem por meios tecnológicos mais avançados, poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, conforme disposto em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~Parágrafo único. Antes da eliminação, será concedido o prazo de trinta dias para os acionistas, diretores e procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo.~~ (Incluído pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021)

Parágrafo único. Antes da eliminação prevista no **caput** deste artigo, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para os acionistas, os diretores e os procuradores das empresas ou outros interessados retirarem, facultativamente, a documentação original, sem qualquer custo. (Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~Art. 58. Os processos em exigência e os documentos deferidos e com a imagem preservada postos à disposição dos interessados e não retirados em 60 (sessenta) dias da publicação do respectivo despacho poderão ser eliminados pelas juntas comerciais, exceto os contratos e suas alterações, que serão devolvidos aos interessados mediante recibo.~~ (Revogado dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021) (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

Art. 59. Expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, esta perderá a proteção do seu nome empresarial.

~~Art. 60. A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos deverá comunicar à junta comercial que deseja manter-se em funcionamento.~~ (Revogado dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021) (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~§ 1º Na ausência dessa comunicação, a empresa mercantil será considerada inativa, promovendo a junta comercial o cancelamento do registro, com a perda automática da proteção ao nome empresarial.~~ (Revogado dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021) (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~§ 2º A empresa mercantil deverá ser notificada previamente pela junta comercial, mediante comunicação direta ou por edital, para os fins deste artigo.~~ (Revogado dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021) (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~§ 3º A junta comercial fará comunicação do cancelamento às autoridades arrecadadoras, no prazo de até dez dias.~~ (Revogado dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021) (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

~~§ 4º A reativação da empresa obedecerá aos mesmos procedimentos requeridos para sua constituição.~~ (Revogado dada pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021) (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021)

Art. 61. O fornecimento de informações cadastrais aos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins desobriga as firmas individuais e sociedades de prestarem idênticas informações a outros órgãos ou entidades das Administrações Federal, Estadual ou Municipal.

~~Parágrafo único. O Departamento Nacional de Registro do Comércio manterá à disposição dos órgãos ou entidades referidos neste artigo os seus serviços de cadastramento de empresas mercantis.~~

~~Parágrafo único. O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração manterá à disposição dos órgãos ou das entidades de que trata este artigo os seus serviços de cadastramento de empresas mercantis.~~ (Redação dada pela Medida Provisória nº 661, de 2018)

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração manterá à disposição dos órgãos ou das entidades de que trata este artigo os seus serviços de cadastramento de empresas mercantis. (Redação dada pela Lei nº 13.833 de 2019)

~~Art. 62. As atribuições conferidas às procuradorias pelo art. 28 desta lei serão exercidas, no caso da Junta Comercial do Distrito Federal, pelos assistentes jurídicos em exercício no Departamento Nacional de Registro do Comércio.~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 661, de 2018) (Revogado pela Lei nº 13.833 de 2018)

artigo 60 lei 8934/94

Tudo Shopping Vídeos Imagens Vídeos curtos Notícias Mais Ferramentas

Visão geral criada por IA

Ouvir

O Art. 60 da Lei 8.934/94, referente ao registro de empresas mercantis, tratava do **cancelamento administrativo** de empresas que não arquivavam documentos na Junta Comercial por 10 anos. Esse artigo foi revogado pela Lei 14.195/2021 e pelas medidas provisórias subsequentes. Portanto, o cancelamento administrativo previsto na lei original não é mais aplicável, e empresas nessa situação devem realizar o procedimento de encerramento regularmente.

O que o artigo 60 estabelecia

- O artigo tratava da inatividade da empresa mercantil por 10 anos, sem arquivamento de documentos.
- A Junta Comercial promoviam o cancelamento do registro da empresa, perdendo-se automaticamente a proteção ao nome empresarial.
- A empresa era notificada previamente para se manifestar.
- A Junta Comercial comunicava o cancelamento aos órgãos arrecadadores.
- A reativação deveria ser feita nos mesmos procedimentos de constituição.

Situação atual após a revogação

- A Lei 14.195/2021 revogou o artigo.
- O cancelamento administrativo não é mais automático por inatividade de 10 anos.
- Para encerrar uma empresa que foi cancelada sob a vigência da lei, é necessário realizar o procedimento regular de cancelamento/extinção na Junta Comercial, mesmo que a empresa esteja inativa.
- Alguns procedimentos de encerramento podem ser feitos diretamente via registro digital, sem a necessidade de reativar a empresa.

Reativação - Junta Comercial, Industrial
A empresa cancelada pelo art. 60 da Lei 8934/
distratada, devendo realizar o procedimento d

Ajude a melhorar o Google.
AGORA NÃO MOSTRAR PERGUNTA

A Lei 14.195/2021 revogou o artigo 60 da Lei Federal 8.934/94 que tratava do Cancelamento Administrativo de empresas que ocorria n...

JUCEMG

Jurisprudência sobre Art. 60, § 1 da Lei 8934/94 - Jusbrasil

Parágrafo 1º, art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 * (Revogado pela Lei nº 14.195, de 2021) * § 1º Na ausência dessa...

Jusbrasil

Mostrar tudo

As respostas da IA podem conter erros. Para orientação jurídica, consulte um profissional. Saiba mais

planalto.gov.br
https://www.planalto.gov.br › ccivil_03 › leis

L8934 - Planalto

Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se administrativamente ao governo da unidade federativa de sua jurisdição e, tecnicamente, ao DNRC, nos termos desta lei ...

Jusbrasil
https://www.jusbrasil.com.br › topicos › art-60-da-lei-n...

Art. 60 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994

Art. 60. A firma individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos deverá comunicar à junta comercial ...

As pessoas também perguntam

O que significa cancelada art. 60 Lei 8934/94?

O que significa a clausula de reativação no art. 60 da Lei 8934/94?

Como baixar empresa cancelada art 60 Le

Ajude a melhorar o Google.

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 154

ANEXO III – PROPOSTA

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

Razão Social – **WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601**
CNPJ – 45.915.689/0001-12
Endereço **– Rua Atilio Aniceto Moreira, Sn, Centro, Dores do Turvo-MG**
Representante Legal – **Whesley Bruno da Costa Barroso**
CPF **– 079.204.956-01**
TEL: **(32) 99929-5957**
E-mail: gil-dt@**hotmail.com**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	MT³	R$2.416,60	R$120.830,00
02	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	5000	PÇ	R$27,00	R$135.000,00
03	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	20	MT³	R$2.550,00	RS51.000,00
05	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	MT³	RS2.550,00	R$127.500.00
07	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	20	MT³	RS1.515,50	RS30.310,00
08	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	50	MT³	R$2.550,00	R$127.500,00
09	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	MT³	RS2.550.00	R$127.550,00
10	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	MT³	RS2.800.00	RS140,000.00
11	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	MT³	RS2.800,00	RS140.000,00
12	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50	MT³	RS2.550.00	RS127.550,00
13	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	30	MT³	RS2.550,00	RS76.500.00

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: **R$1.203.690,00** (um milhão duzentos e três mil seiscentos e noventa reais)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustivel, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Dores do Turvo, 07 de novembro de 2025.

Whesley Bruno da Costa Barroso

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF – 079.204.956-01 C.I – MG-14.443.071 SSPMG

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 157

ANEXO III PROPOSTA
Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

DADOS DA EMPRESA:

1. QUALIFICAÇÃO PROPONENTE: MARCOS ALEXANDRE BELO
1.1. Razão Social (ou nome): MARCOS ALEXANDRE BELO
1.2. Nome representante legal: MARCOS ALEXANDRE BELO
1.3. CNPJ (ou CPF): 3029171000109
1.4. Endereço: RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
1.5. Telefone: 3195921399
1.6. E-mail; MARCYENNEBELO@GMAIL.COM

Item	Descriçao	Quantidade	Valor Unitario	Valor total
001	CAIBRO EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	DE50m3	2350,00	117500,00
002	ESTACAS EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	DE5000	27,00	135000,00
003	ESTEIO EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	DE20m3	2550,00	51000,00
004	FORRO PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	DE100m2	55,00	5500,00
005	LINHA EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA) M	DE50m3	2350,00	117500,00
006	MADEIRITE	200un	150,00	30000,00

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOPES DO TURVO - MG
Fl. 158

	PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM			
007	MOURÃO EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	DE20m3	2515,00	50300,00
008	PRANCHÃO EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	DE50m3	2250,00	112500,00
009	RÉGUA EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	DE50m3	2350,00	117500,00
010	RIPA EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	DE50m3	2500,00	125000,00
011	RIPÃO EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	DE50m3	2500,00	125000,00
12	TÁBUA EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	DE50m3	2350,00	117500,00
13	VIGAS EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA	DE30m3	2350,00	70500,00

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

Fls. 159

HORA DA COMPRA)

total 1174800,00

Validade da proposta: CONFORME EDITAL (60 DIAS)
Valor da Proposta: R$1174800,00 (Um milhao cento setenta e quatro mil e oitocentos reais)
Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.
DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Dores do Turvo 10 de novembro 2025

Marcos Alexandre Belo
13345149680
30291717000109

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 161

PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº: 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 057/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO: ABERTO

À Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG
Rua Paulo Fernandes Faria, nº 55, centro
Dores do Turvo/MG – CEP 36.513-000
Setor de Licitações
Abertura: 10.11.2025 – às 12:00hs

Proponente: 57.395.981 Airton Jose Alves Grossi	
CNPJ: 57.395.981/0001-30	IE: 0050000940089
Rua/Av.: Sitio Grão Mongol	nº: s/n
Bairro: Zona Rural	
Cidade: Dores do Turvo	UF: MG
Tel /Email: 32 9807-7955 / airtonjosealvesgrossi@gmail.com	
Dados Bancários: Ag 1940-2 / CC 0593813-9 / Banco 237; Bradesco S/A	

A empresa 57.395.981AIRTON JOSE ALVES GROSSI, inscrita no CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, representada neste ato pelo seu titular o Sr Airton Jose Alves Grossi, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Municipio o serviço do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 2.416,00	RS 120.800,00
02	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5000	R$ 27,00	RS 135.000,00
03	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	20	R$ 2.550,00	RS 51.000,00
04	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	M2	100	R$ 56,75	R$ 5.675,00
05	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMP	M3	50	R$ 2.550,00	R$ 127.500,00
06	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5	UN	200	RS 149,47	R$ 29.894,00
07	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	20	R$ 1.515,00	R$ 30.300,00
08	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 2.550,00	R$ 127.500,00
09	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	M3	50	R$ 2.550,00	R$ 127.500,00

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

10	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 2.800,00	R$ 140.000,00
11	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 2.800,00	R$ 140.000,00
12	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPR	M3	50	R$ 2.550,00	R$ 127.500,00
13	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	M3	30	R$ 2.550,00	R$ 76.500,00

Valor da Proposta: **R$ 1.239.169,00** (um milhão duzentos e trinta e nove mil cento e sessenta e nove reais).

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epigrafe.

A Empresa acima identificada DECLARA que:

1) Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
2) Validade da proposta: CONFORME EDITAL.
3) Prazo de início de fornecimento de acordo com o estabelecido no Termo de Referência desse processo.
4) Que não incide nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
5) Que o prazo de inicio da entrega dos bens será de acordo com os termos estabelecidos no Termo de Referência desse processo a contar do recebimento, por parte da Contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os bens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descriminação do Termo de Referência do referido Edital ou de má qualidade.

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

Airton José Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA
ESTADO DE MINAS GERAIS _CEP.: 36.513-000
COM VARGEM N S APARECIDA, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG
serrariadavargem@gmail.com CNPJ:**54.738.684/0001-52**
tel: (32)98438-1394

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
Fls. 164

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

Dados da Empresa: **54.738.684 MARCOS WELLINGTON SILVA**
ESTADO DE MINAS GERAIS CEP.: 36.513-000
COM VARGEM N S APARECIDA, S/n- Zona Rural-DORES DO TURVO-MG
serrariadavargem@gmail.com CNPJ:**54.738.684/0001-52** - tel: (32)98438-1394

Nº Item	Descrição	Quantidade	Val. Unitário Médio	Valor Total
001	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.175,00	108.750,00
003	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	20 MT³	2.295,00	45.900,00
005	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.295,00	114.750,00
008	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.295,00	114.750,00
009	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.295,00	114.750,00
010	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.520,00	126.000,00
011	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.520,00	126.000,00
012	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	50 MT³	2.295,00	114.750,00
013	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	30 MT³	2.295,00	68.850,00

Validade da proposta:**60 (sessenta) dias**
Valor da Proposta: R$ 934.500,00 (Novecentos e trinta e quatro mil e quinhentos reais)
Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Dores do Turvo-MG 10 de novembro 2025
Assinatura: Marcos Wellington Silva

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código de Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31826013126	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGN2332610788

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

DORES DO TURVO
Local

6 FEVERFIRO 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, Nire 31826013126 e protocolo 233773591 - 09/02/2023. Autenticação: 1FD3BF60487FC5F75E22F53D44264DDB8E5C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tBZ5 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO - MG
Fls 167

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/077.359-1	MGN2332610768	08/02/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13040513 em 08/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07320495601. Nire 3182801312-8 e protocolo 230773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3BF63467FC5F75F22F53D44264DD98E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança IBZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Fls 168

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE
31828013126

NIRE DA FILIAL (preencher somente se for alteração à filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (pessoa sem vínculo jurídico)
WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

ESTADO CIVIL
CASADO

SEXO
M ☐ F ☐

REGIME DE BENS (se casado)
COMUNHÃO PARCIAL

FILIAÇÃO
ALCIDES BARROSO NETO

MÃE
HELENA MOREIRA DA COSTA BARROSO

NASCIMENTO (data de nascimento)
17/07/1987

IDENTIDADE (número)
14443071

Órgão Emissor
SSP

UF
MG

CPF (número)
079.204.956-01

EMANCIPADO POR (juiz, pai ou mãe) (preencher somente no caso de menor)

EMAIL
gil-dt@hotmail.com

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO (rua, av., etc.))
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA

NÚMERO
SN

COMPLEMENTO

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
36513000

MUNICÍPIO
DORES DO TURVO

UF
MG

Declara que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ NÃO ENQUADRA
☐ DESENQUADRA

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verazes todas as informações e estados neste instrumento e cumpro as disposições do artigo 229 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	2247	ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601

LOGRADOURO (rua, av., etc.)
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
36513000

MUNICÍPIO
DORES DO TURVO

UF
MG

PAÍS
BRASIL

CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
GIL-DT@HOTMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$
25.000,00

VALOR DO CAPITAL (por extenso)
VINTE E CINCO MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
4744002

DESCRIÇÃO DO OBJETO
COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE MADEIRA E ARTEFATOS

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES
05/04/2022

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA CNPJ
45915689000112

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DO DE FILIAL DE OUTRA UF (NIRE origem)

UF

USO EXCLUSIVO DA CONTABILIDADE
1 - SIM ☐
2 - NÃO ☐

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou seu representante/procurador/gerente) (somente no caso de via física)

DATA DA ASSINATURA
06/02/2023

ASSINATURA DO EMPRESÁRIO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____

___/___/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2332610768

MG5025901

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10010513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, Nire 31828013126 e protocolo 23/077359-1 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3BF63467FC5F75E22F53D44264DDB8E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tBZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 3/5

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/077.359-1	MGN2332610768	08/02/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10010513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601. Nire 31823013126 e protocolo 253775591 - 08/02/2023. Autenticação: 1F03BF63467FC0F75E22F53D44264DDB5E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tBZB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 170

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, de NIRE 3182601312-6 e protocolado sob o número 23/077.359-1 em 08/02/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10040513, em 09/02/2023. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Fabricio Sgarbosa Naves.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
079.204.956-01	WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

Belo Horizonte, quinta-feira, 09 de fevereiro de 2023

Documento assinado eletrônicamente por Fabricio Sgarbosa Naves, Servidor(a) Público(a), em 09/02/2023, às 10:08 conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da Jucemg informando o número do protocolo 23/077.359-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601, Nire 3182601312-6 e protocolo 230773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3BF63467FC5F75E22F53D44284D0B8E3C23C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tB29 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 09 de fevereiro de 2023

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 10040513 em 09/02/2023 da Empresa WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07320405601. Nire 3182601312 5 e protocolo 230773591 - 08/02/2023. Autenticação: 1FD3AF83467FC5F75E22F53D44264DDB8E3C23E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/077.359-1 e o código de segurança tBZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN

QR CODE





DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Fls 173

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.915.689/0001-12 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/04/2022

NOME EMPRESARIAL
WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MADEIREIRA BAROSSO	PORTE ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO R ATILIO ANICETO MOREIRA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO ********

CEP 36.513-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DORES DO TURVO	UF MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO GIL-DT@HOTMAIL.COM	TELEFONE (32) 9927-5957

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/04/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL ********	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/09/2025** às **10:14:01** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Fls 174

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601**
CNPJ: 45.915.689/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:00:30 do dia 23/09/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/03/2026.
Código de controle da certidão: **3678.29B0.8563.8C41**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Fls 15

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 16/09/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 15/12/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004311358.00-21	CNPJ/CPF: 45.915.689/0001-12	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R ATILIO ANICETO MOREIRA		NÚMERO: S/N
COMPLEMENTO:	BAIRRO: CENTRO	CEP: 36513000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: DORES DO TURVO	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000917023968

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.129.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: 0800 032 2040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br
Departamento: Setor de Tributos - Secretaria De Finanças e Fazenda

Exercício: 2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
AMPLA
Nº 00519/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO — Fls. 176

Certificamos para devidos fins que se fazem necessários, até a presente data, que em nome do referido contribuinte não existe(m) debito(s) para com os cofres do município.

CONTRIBUINTE
Contribuinte: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
CPF/CNPJ: 45.915.689/0001-12

ENDEREÇO CONTRIBUINTE		
Rua RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, Nº 25		**CEP:** 36.513-000
Bairro: Centro	**Distrito:** Município Sede	
Cidade: Dores do Turvo		**UF:** MG

OBSERVAÇÃO
Certifica-se, para devidos fins que se fazem necessários, que não existe(m) débito(s) até a presente data.

DATA DE EMISSÃO: 07/11/2025	DATA DE VALIDADE: 05/02/2026
- Fica ressalvado à Fazenda Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após a emissão deste.	
- Qualquer rasura invalida o presente documento.	
- Documento válido por 90 dias.	

Dores do Turvo, 07 de Novembro de 2025

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://pm-dturvo.tributos.siplanweb.com.br/cnd/validacao** informando a data de emissão e o codigo de verificação: **5f504b74e817676c16d0**

Voltar Imprimir

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG 174

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 45.915.689/0001-12
Razão Social: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
Endereço: RUA ATILIO ANICETO MOREIRA SN / CENTRO / DORES DO TURVO / MG / 36513-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:28/10/2025 a 26/11/2025

Certificação Número: 2025102822065786569358

Informação obtida em 07/11/2025 14:57:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FIS. 173

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 45.915.689/0001-12
Certidão nº: 54565637/2025
Expedição: 16/09/2025, às 10:23:55
Validade: 15/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **45.915.689/0001-12, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SENADOR FIRMINO

Fls. 179

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
CNPJ: 45.915.689/0001-12

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 26 de Setembro de 2025 às 13:58

SENADOR FIRMINO, 26 de Setembro de 2025 às 13:58

Código de Autenticação: 2509-2613-5852-0544-7649

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 180

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 inscrita no CNPJ sob o nº**45.915.689/0001-12**, com sede na **Rua Atilio Aniceto Moreira, Sn, Centro, Dores do Turvo-MG, DECLARA:**

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública; - Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Dores do Turvo, 07 de novembro de 2025.

Whesley Bruno da Costa Barroso

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF – 079.204.956-01 C.I – MG-14.443.071 SSPMG

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 182

Empresário(a)

Nome Civil
AIRTON JOSE ALVES GROSSI

CPF
120.311.526-10

CNPJ
57.395.981/0001-30

Data de Abertura
23/09/2024

Nome Empresarial
57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
23/09/2024

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
36513-000	SITIO GRAO MONGOL	SN
Bairro	**Município**	**UF**
ZONA RURAL	DORES DO TURVO	MG

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Periodos de Enquadramento como MEI

Periodo	Início	Fim
1º período	23/09/2024	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo

Ocupação Principal
Artesão(ã) em madeira independente

Atividade Principal (CNAE)
1629-3/01 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Comerciante independente de madeira e artefatos	4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
Comerciante independente de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
Reciclador(a) de borracha, madeira, papel e vidro, independente	3839-4/99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 1 NOME E SOBRENOME
AIRTON JOSE ALVES GROSSI

1ª HABILITAÇÃO
20/04/2010

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
11/10/1991 DORES DO TURVO/MG

4a DATA EMISSÃO
24/11/2022

4b VALIDADE
22/11/2032

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
MG18214343 SSP MG

4d CPF
120.311.526-10

5 Nº REGISTRO
04925305448

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
VAGNER MAROTTA GROSSI

JOSIANE CRISTINA ALVES GROSSI

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		22/11/2032	
A1			
B		22/11/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR

CONFERE COM ORIGINAL
10/11/25
15:10 hs

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 13

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 184

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 57.395.981/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/09/2024

NOME EMPRESARIAL
57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
16.29-3-01 - Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
SIT GRAO MONGOL	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.513-000	ZONA RURAL	DORES DO TURVO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AIRTONJOSEALVESGROSSI@GMAIL.COM	(32) 9807-7955

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	23/09/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/03/2025** às **10:13:20** (data e hora de Brasília).

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Fls 185

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
CNPJ: 57.395.981/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:37:40 do dia 15/10/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/04/2026.
Código de controle da certidão: **795C.A48F.A8D4.7F27**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Fls. 186

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 15/10/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 13/01/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 005000094.00-89	CNPJ/CPF: 57.395.981/0001-30	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: SIT GRAO MONGOL		NÚMERO: S/N
COMPLEMENTO:	BAIRRO: ZONA RURAL	CEP: 36513000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: DORES DO TURVO	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000926224601

CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br
Departamento: Setor de Tributos - Secretaria De Finanças e Fazenda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
AMPLA
Nº 00504/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 187

Certificamos para devidos fins que se fazem necessários, até a presente data, que em nome do referido contribuinte não existe(m) débito(s) para com os cofres do município.

CONTRIBUINTE
Contribuinte: 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
CPF/CNPJ: 57.395.981/0001-30

ENDEREÇO CONTRIBUINTE		
Rua SITIO GRAO MOGOL, Nº S/N - S/N		**CEP:** 36.513-000
Bairro: Zona Rural	**Distrito:** Município Sede	
Cidade: Dores do Turvo		**UF:** MG

OBSERVAÇÃO
Certifica-se, para devidos fins que se fazem necessários, que não existe(m) débito(s) até a presente data.

DATA DE EMISSÃO: 15/10/2025	DATA DE VALIDADE: 13/01/2026
- Fica ressalvado à Fazenda Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após a emissão deste. - Qualquer rasura invalida o presente documento. - Documento válido por 90 dias.	

Dores do Turvo, 15 de Outubro de 2025

Autoridade Responsável
Higor Moreira Heleno
Assistente administrativo II
Matrícula: 1397

18.128.249/0001-42
PREFEITURA DE DORES DO TURVO/MG
Tributos, Obras e Posturas
Rua Paulo Fernandes de Faria, 55
Centro - CEP 36.513-000
Dores do Turvo - Minas Gerais

Voltar | Imprimir



CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 57.395.981/0001-30
Razão Social: AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Endereço: SIT GRAO MONGOL / ZONA RURAL / DORES DO TURVO / MG / 36513-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/11/2025 a 01/12/2025

Certificação Número: 2025110205056394947680

Informação obtida em 05/11/2025 14:15:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 189

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 57.395.981/0001-30
Certidão nº: 61888372/2025
Expedição: 15/10/2025, às 15:43:05
Validade: 13/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **57.395.981/0001-30, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SENADOR FIRMINO

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações especificas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: 57395981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
CNPJ: 57.395.981/0001-30

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 15 de Outubro de 2025 às 15:50

SENADOR FIRMINO, 15 de Outubro de 2025 às 15:50

Código de Autenticação: 2510-1515-5006-0608-0956

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 191

DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORPÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

PROCESSO LICITATORIO Nº: 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 057/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO: ABERTO

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais do Município de Dores do Turvo/MG.

A empresa 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI, CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, neste ato representada por Airton Jose Alves Grossi, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 120.311.526-10, RG nº MG-18.214.343 SSPMG, residente e domiciliado ao Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, DECLARA:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
b) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
d) Não possue empregados executando trabalho degradante ou forçado; observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
f) Para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capitulo V – Seção Única daquela Lei Complementar. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. (x) SIM ( ) NÃO.
g) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.
h) Não mantêm vinculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/2021.
Assume, ainda, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

Airton José Alves Grossi

Airton José Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 193

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MGP2500544039

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		048	1	TRANSFORMACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ARAPONGA
Local

25 JUNHO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO __/__/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

__/__/____ Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ ☐ ☐ ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

__/__/____ _____
Data Responsável

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

__/__/____ _____ _____ _____

Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 194

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B674CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 195

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/419.644-6	MGP2500544039	27/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança iqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

5XD9LUJtOLR9DO1 6DOD&HQWUR9LoRVD+0*
&(3
/PDLOFRQWDELOLGDGHHRWHOKR#PDLOQRR

CONTABILIDADE BOTELHO

INSTRUMENTO DE CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.
MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA.

MARCOS ALEXANDRE BELO, brasileiro, natural de Araponga - MG, solteiro, empresário, nascido em 09/03/1995, portador da Carteira de Identidade nº MG17.439.050, expedida pela Policia Civil do estado de Minas Gerais, e CPF nº 133.451.49680, residente e domiciliado na Rua João Pereira Gurgel, nº 63 Centro, em Araponga, estado de Minas Gerais, CEP: 36.594-000, **Empresário individual**, com sede na Rua Angelo Jacovini nº 67, Centro, em Araponga, estado de Minas Gerais, inscrita na Junta Comercial do estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3181230926-5 em 24 de abril de 2018, e no CNPJ sob o nº 30.291.717/0001-09, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/2008, ora transforma seu registro de **Empresário** em **Sociedade Empresária Ltda**, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**, a qual se regerá doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL:

1º - Em face da presente modificação a natureza jurídica que antes era de Empresário Individual passa a ser Sociedade Empresária Limitada.

2º O acervo contábil do EMPRESÁRIO fará parte do acervo da Sociedade Empresária Limitada.

3º A Razão social que antes era **MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680** com a presente alteração passa a ser **MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA.**

5º - O capital social será no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (Um real) cada uma, integralizadas nesta data, da seguinte forma:

O sócio **MARCOS ALEXANDRE BELO**, integraliza, neste ato, a quantia de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente a 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R$ 1,00 (Um real) cada uma, com utilização do acervo patrimonial da empresa ora transformada.

À vista da modificação ora ajustada, ***consolida-se o Contrato Social***, com a seguinte redação:

Cláusula Primeira - A sociedade gira sob o nome empresarial **MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA.**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196445 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B674CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CONTABILIDADE
BOTELHO

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
Fls. 197

Cláusula Segunda – A sociedade tem sua sede na Rua Angelo Jacovini nº 67, Centro, na cidade de araponga, estado de Minas Gerais, CEP: 36.594-000.

Cláusula Terceira – O objetivo social é Comercio varejista de madeira e artefatos, comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico-hospitalar, partes e peças, comercio varejista de material elétrico, comercio varejista de ferragens e ferramentas, comercio varejista de materiais hidráulicos, comercio varejista de materiais de construção e comercio varejista de artigos de papelaria

Cláusula Quarta – O capital social é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15.000 (quinze mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país em 24 de abril de 2018, assim distribuídas:

NOME	N. QUOTAS	VR. EM R$	%
MARCOS ALEXANDRE BELO	15.000	15.000,00	100
TOTAIS	15.000	15.000,00	100

Cláusula Quinta – A sociedade iniciou suas atividades em 24 de abril de 2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Sexta – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições o direito de preferência para a sua aquisição.

Cláusula Sétima – A administração da sociedade caberá ao sócio **MARCOS ALEXANDRE BELO,** com poderes e atribuições de administrador, podendo representar a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens moveis e imóveis da sociedade, sem a autorização do outro sócio.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-5 e o código de segurança
Este texto foi autenticado digitalmente e assinado em 30/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

5XD9LUJtOLR9DO1 6DOD&HQWUR9LoRVD+0*
&(3
(PDLOFRQWDELOLGDGHUWHOKR#JPDLOFRP

CONTABILIDADE BOTELHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 138

Cláusula Oitava – Ao termino do exercício social em 31 de dezembro de cada ano, será levantado um Balanço Patrimonial, cabendo ao sócio, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Nona – Nos primeiros meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

Cláusula Décima – O sócio administrador poderá, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a titulo de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Primeira – A sociedade empresária poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula Décima Segunda – Falecendo ou sendo interditado o sócio, a sociedade continuará com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse, apurar-se-ão os haveres em balanço geral, que se levantará conforme entendimento vigente.

Cláusula Décima Terceira – O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro da Comarca de Ervália, estado de Minas Gerais, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações desta Alteração Contratual.

E por estar assim justo e contratado, assina o presente instrumento, para os devidos fins e feitos legais e jurídicos.

Araponga – MG, 24 de junho de 2025.

Assina digitalmente o documento **MARCOS ALEXANDRE BELO.**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216673394 em 01/07/2025 da Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, Nire 31216673394 e protocolo 254196446 - 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA683772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança mki Este cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/419.644-6	MGP2500544039	27/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B674CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA, de NIRE 3121667339-4 e protocolado sob o número 25/419.644-6 em 27/06/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31216673394, em 01/07/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador HUGO NEVES ROCHA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/ Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
133.451.496-80	MARCOS ALEXANDRE BELO

Belo Horizonte, terça-feira, 01 de julho de 2025

Documento assinado eletrônicamente por HUGO NEVES ROCHA, Servidor(a) Público(a), em 01/07/2025, às 13:54 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/419.644-6.

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33B62D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Fls. 201

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 01 de julho de 2025

- 27/06/2025. Efeitos do registro: 24/06/2025. Autenticação: A7B874CDC33962D2644FA583772972E432B12FF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/419.644-6 e o código de segurança rqkj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/07/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

MARCOS ALEXANDRE BELO

D

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2815349644

2815349644

I<BRAD74870004<682<<<<<<<<<<<
9503098M3212079BRA<<<<<<<<<<<8
MARCOS<<ALEXANDRE<BELO<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

RFM

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
133.451.496-80

Nome
MARCOS ALEXANDRE BELO

Nascimento
03/03/1995



FIS 303

CÓDIGO DE CONTROLE
38DA.BF15.97D8.490F

Gerado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 03:59:19 do dia 13/08/2020 (hora e data de Brasília)
Página gerada em 01

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

MG-17.439.050 04/04/2008

MARCOS ALEXANDRE BELO

MILTON VITAL BELO
MARIA DO CARMO LADARIO BELO

ARAPONGA-MG 9/3/1995
NASC. LV-A30 FL-249V
ARAPONGA MG

NILMA GOMES SANTOS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

PII-1313 1 VIA

Autentico este documento, composto de 01 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé
Araponga-MG, 13 de agosto de 2020

SELO DE CONSULTA: CV286478
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9919 9380 0639 3161
Quantidade de atos praticados: 02
Ato(s) praticado(s) por: Edilaine Teixeira Al - Tabelã Su
Emol.: R$ 10,98 - Tx Justiç.: R$ 3,40 - Total: R$ 14,38 - ISS: R$ 0,00
Para consulte a validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Edilaine Teixeira Alves
Oficiala Substituta

Nº DA FICHETA

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.291.717/0001-09 MATRIZ		24/04/2018

NOME EMPRESARIAL
MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MB EUCALIPTO	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-3-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.49-4-06 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-3-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-3-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-3-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ANGELO JACOVINI	67	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
38.904-000	CENTRO	ARAPONGA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARCYENNEDEL@GMAIL.COM	(31) 9982-1389

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/04/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/11/2025 às 13:01:44 (data e hora de Brasília). Página: 1/1

CONSULTAR QSA | VOLTAR | IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Fls 105

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA
CNPJ: 30.291.717/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:29:01 do dia 04/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/05/2026.
Código de controle da certidão: **3376.79CB.819B.B6D5** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Fls 206

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/11/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/02/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003179202.00-40	CNPJ/CPF: 30.291.717/0001-09	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R ANGELO JACOVINI		NÚMERO: 67
COMPLEMENTO:	BAIRRO: CENTRO	CEP: 36594000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: ARAPONGA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou Inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000934182912

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Fls 207

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Certidão: 170/2025

Inscrição Econômica: 74000176
Inscrição Imobiliária:

Razão Social: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

CNPJ / CPF: 30.291.717/0001-00
Endereço: RUA ANGELO JACOVINE, 67 - CENTRO - ARAPONGA - MG - CEP 36.594-000

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada acima identificada, CERTIFICA que, NÃO foram localizados débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é ao mesmo atribuída até a presente data. Conforme Código Tributário Municipal combinado com o disposto no artigo 205, da Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional.

Resalva-se a Fazenda Pública no direito de constituir e cobrar novos créditos cuja responsabilidade possa ser igualmente atribuída ao contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se, mais, no direito de consolidar à inscrição municipal acima epigrafada os débitos que porventura vinculados a outras inscrições municipais em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente certidão para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Valida até 03/01/2026

ARAPONGA, 04 de Julho de 2025

LUCIENE DOS SANTOS LANA
Chefe de Divisão de Tributos

Fls 308

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.291.717/0001-09

Razão Social: MARCOS ALEXANDRE BELO

Endereço: R JOAO PEREIRA GURGEL 46 CASA / CENTRO / ARAPONGA / MG / 36594000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:26/10/2025 a 24/11/2025

Certificação Número: 2025102602425116378625

Informação obtida em 04/11/2025 15:25:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS DO TOCANTINS - MA
Fls. 209

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.291.717/0001-09
Certidão nº: 66393206/2025
Expedição: 04/11/2025, às 15:33:42 Validade: 03/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.291.717/0001-09, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VIÇOSA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA - MG Fls 210

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA
CNPJ: 30.291.717/0001-09

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 07 de Novembro de 2025 às 13:30

VIÇOSA, 07 de Novembro de 2025 às 13:30

Código de Autenticação: 2511-0713-3031-0495-4419

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/11/2025 14:28:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA**
CNPJ: **30.291.717/0001-09**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado (06/05/2026) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - RJ

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fls. 314

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/11/2025 14:29:16

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601**
CNPJ: **45.915.689/0001-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/11/2025 14:29:42

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI**
CNPJ: **57.395.981/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 141/2025.

PROCESSO Nº 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL 057/2025
MENOR PREÇO POR ITEM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

ESCOPO

No dia dez de novembro de 2025 às 12:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro juntamente com sua CPL (Comissão Permanente de Licitação), da PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES TURVO, para julgamento Proposta e Habilitação dos licitantes participantes do processo de licitação nº 141/2025, pregão presencial nº 057/2025 cujo objetivo do certame é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

PARTICIPANTES

Participaram da sessão de habilitação juntamente com o Pregoeiro Edmar Antônio Venâncio e sua CPL Samuel Abraão Pires e Mauro Lucio Marques da Cruz.

CREDENCIAMENTO

Compareceu os seguintes licitantes:

Marcos Alexandre Belo Ltda. CNPJ nº 30.291.717/0001-09 Representante Sr. Marcos Alexandre Belo CPF nº 133.451.496-80.
Whesley Bruno da Costa Barroso 07920495601 CNPJ nº 45.915.689/0001-12 Representante Sr. Ricardo Ferreira de Souza Silva CPF 161.538.736-69.
Jarmeno Heleno Cabral CNPJ nº 01.565.743/0001-71. Representante Sr. Jarmeno Heleno Cabral CPF 328.663.646-00
54.738.684 Marcos Wellington Silva CNPJ nº 54.738.648/0001-52 Representante Srº Marcos Wellington Silva CPF 133.358.186-60
57.395.981 Airton José Alves Grossi CNPJ nº 57.395.981/0001-30 Representante Srº Susane Zancti Reis CPF 120.379.446-08.

Durante a fase de credenciamento, verificou-se que a empresa Jarmeno Heleno Cabral não havia apresentado a documentação exigida para essa etapa. Considerando que o credenciamento ainda não havia sido encerrado, foi concedido prazo à representante da empresa, Sr. Jarmeno Heleno Cabral, para a devida apresentação dos documentos. Assim, antes do encerramento da fase de credenciamento, toda a documentação foi apresentada dentro do prazo estabelecido. Entretanto, durante a analise do Credenciamento, foi verificado que na Certidão Simplificada consta Cancelada conforme Art 60 lei 8934-94 e 14.195/2021. Considerando o exposto acima, o mesmo não esta apto a participar do certame. Diante disso, o mesmo optou a se retirar do certame levando os envelopes lacrados. Não foi manifestado intenção de recursos fase ao mesmo.

PROPOSTAS

Aberto o envelope 01 Proposta ficou constatado o seguinte:

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
01	2.350,00	2.416,60	2.175,00	2.416,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 141/2025.

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
02	27,00	27,00	NC	27,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
03	2.550,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
04	55,00	NC	NC	56,75

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
05	2350,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
06	150,00	NC	NC	149,47

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
07	2.515,00	1.515,50	NC	1.515,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
08	2.250,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
09	2.350,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
10	2.500,00	2.800,00	2.520,00	2.800,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
11	2.500,00	2.800,00	2.520,00	2800,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
12	2.350,00	2.550,00	2.295,00	2550,00

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
13	2.350,00	2.550,00	2.295,00	2550,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 218

RODADA DE LANCES

Para a rodada de lances, foi apurado o seguinte:

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
01	2.350,00	2.416,60	2.175,00	2.416,00
	1990,00	Sem lance	1950,00	2.000,00
	Sem lance		1750,00	1800,00
			1695,00	1700,00
			1640,00	1650,00
			1590,00	1600,00
			Sem lance	1500,00
				Classificado

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
02	27,00	27,00	NC	27,00
	26,00	25,00		Sem lance
	Sem lance	**Classificado**		

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
03	2.550,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00
	2095,00	2100,00	2090,00	2200,00
	1890,00	1900,00	1885,00	2000,00
	1690,00	1700,00	1685,00	1800,00
	1550,00	1600,00	Sem lance	1620,00
	1400,00	1450,00		1500,00
	1250,00	1300,00		1350,00
	1190,00	1200,00		1245,00
	1180,00	1189,00		Sem lance
	Classificado	Sem lance		

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
04	55,00	NC	NC	56,75
	55,00			Sem lance
	Classificado			

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
05	2350,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00
	2050,00	2200,00	2000,00	2100,00
	1850,00	1950,00	1800,00	1900,00
	1600,00	1700,00	1590,00	1650,00

	1400,00	1500,00	1350,00	1450,00
	1180,00	1300,00	Sem lance	1200,00
	1160,00	Sem lance		1170,00
	1130,00			1140,00
	1090,00			1100,00
	1070,00			1080,00
	1040,00			1050,00
	1000,00			1020,00
	Classificado			Sem lance

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
06	150,00	NC	NC	149,47
	Sem lance			**Classificado**

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
07	2.515,00	1.515,50	NC	1.515,00
	sem lance	1490,00		**1480,00**
		1450,00		1440,00
		Sem lance		**Classificado**

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
08	2.250,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00
	1950,00	2050,00	2000,00	2100,00
	1600,00	1700,00	1650,00	1800,00
	1440,00	1500,00	1450,00	1550,00
	1380,00	Sem lance	1390,00	1400,00
	1250,00		1290,00	1300,00
	1200,00		1220,00	1230,00
	1170,00		1180,00	1190,00
	1160,00		1165,00	Sem lance
	1150,00		1155,00	
	1140,00		1145,00	
	1090,00		1100,00	
	1070,00		1080,00	
	1050,00		1065,00	
	1040,00		1045,00	
	1030,00		1035,00	
	1010,00		1020,00	
	990,00		1000,00	
	classificado		Sem lance	

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
09	2.350,00	2.550,00	2.295,00	2.550,00

	2000,00	2250,00	1900,00	2100,00
	Sem lance	Sem lance	1750,00	1800,00
			1650,00	1700,00
			1590,00	1600,00
			1540,00	1550,00
			Sem lance	1500,00
				Classificado

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
10	2.500,00	2.800,00	2.520,00	2.800,00
	2200,00	Sem lance	2300,00	2400,00
	Sem lance		1900,00	2000,00
			1870,00	1880,00
			1790,00	1800,00
			Sem lance	1750,00
				Classificado

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
11	2.500,00	2.800,00	2.520,00	2800,00
	Sem lance	Sem lance	2300,00	2400,00
			2100,00	2200,00
			1950,00	2000,00
			1850,00	1900,00
			1750,00	1800,00
			Sem lance	1700,00
				Classificado

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
12	2.350,00	2.550,00	2.295,00	2550,00
	Sem lance	Sem lance	2150,00	2200,00
			1950,00	2000,00
			1850,00	1900,00
			1750,00	1800,00
			1700,00	1730,00
			1600,00	1650,00
			1570,00	1580,00
			1500,00	1550,00
			1480,00	1490,00
			1450,00	1460,00
			1430,00	1440,00
			1410,00	1420,00
			Sem lance	1400,00
				Classificado

Item	Marcos Alexandre	Whesley	Marcos Wellington	Airton
13	2.350,00	2.550,00	2.295,00	2550,00
	2100,00	2200,00	2000,00	2150,00
	1890,00	1950,00	1850,00	1900,00
	1700,00	1800,00	1650,00	1750,00
	1500,00	1600,00	1490,00	1550,00
	1350,00	1450,00	Sem lance	1400,00
	1200,00	1250,00		1230,00
	1150,00	1199,00		1180,00
	1050,00	Sem lance		1100,00
	1000,00			1030,00
	Classificado			Sem lance

HABILITAÇÃO

Após a rodada de lances, passamos a fase de habilitação do proponente classificado na fase de lances onde foi constatado:

Marcos Alexandre Belo Ltda. Habilitado com ressalvas.

Whesley Bruno da Costa Barroso 07920495601 Habilitado

57.395.981 Airton José Alves Grossi Habilitado

Na fase de habilitação foi realizado a consulta do classificado no TCU, CNIA, CNEIS e CNEP onde foi verificado que as empresa Whesley Bruno da Costa e a empresa Airton Jose Alves Grossi não há nenhuma ocorrência conforme anexo. Já a empresa Marcos Alexandre Belo Ltda consta cadastro no CNEIS.

MANIFESTAÇÃO DE RECURSO

Não houve manifestação de recursos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Fica aberto o prazo de 03 (três) dias uteis para a empresa Marcos Alexandre Belo Ltda enviar justificativa referente ao cadastro no CNEIS.

Fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a empresa Marcos Alexandre Belo Ltda apresentar certidão municipal original para conferencia em fase de diligencia.

Fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a empresa Airton José Alves Grossi apresentar RG e CPF original do sócio da empresa para conferencia em fase de diligencia.

Fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a empresa Marcos Alexandre Belo Ltda apresentar declaração de exequibilidade dos valores ofertados itens 03, 05, 08, 13.

Fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a empresa Airton José Alves Grossi apresentar declaração de exequibilidade do valor ofertado item 09.

Fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para todas as empresas classificadas apresentarem a proposta reajustada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 141/2025.

Participou do presente certame o Srº Edson Alves Coelho representando a Secretaria de Obra das Prefeitura Municipal de Dores do Turvo MG.

Atestamos para devidos fins, que não foi apresentado impugnações, esclarecimentos ou questionamento do presente edital.

Atestamos que conforme a lei federal 14133/2021, a licitação foi devidamente filmada e transmitida pelo youtube e site da prefeitura Municipal conforme link: https://studio.youtube.com/video/dxDxsSCn774/livestreaming

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada esta sessão às 14:55 e, para constar é lavrada a presente ata, que uma vez lida e aprovada vai assinada por todos os membros presentes. XXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ASSINATURAS

Pregoeiro / CPL (Comissão Permanente de Licitação)

Edmar Antônio Venâncio - Pregoeiro

Mauro Lucio Marques da Cruz - MEMBRO

Samuel Abraão Pires – MEMBRO

Edson Alves Coelho – Rep. Sec. Obras

Marcos Alexandre Belo Ltda. - Marcos Alexandre Belo

Whesley Bruno da Costa Barroso 07920495601 - Ricardo Ferreira de Souza Silva

Jarmeno Heleno Cabral - Jarmeno Heleno Cabral

54.738.684 Marcos Wellington Silva - Marcos Wellington Silva

57.395.981 Airton José Alves Grossi - Susane Zaneti Reis

MADEIREIRA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601
RUA ATILIO ANICETO MOREIRA, SN, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 45.915.689/0001-12
TEL: (32) 99929-5957

ANEXO III – PROPOSTA

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG.

Razão Social – **WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601**
CNPJ – **45.915.689/0001-12**
Endereço – **Rua Atilio Aniceto Moreira, Sn, Centro, Dores do Turvo-MG**
Representante Legal – **Whesley Bruno da Costa Barroso**
CPF – **079.204.956-01**
TEL: **(32) 99929-5957**
E-mail: **gil-dt@hotmail.com**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO	**VALOR TOTAL**
02	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	5000	PÇ	R$25,00	**R$125.000,00**

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: **R$125.000,00** (cento e vinte e cinco mil reais)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Dores do Turvo, 07 de novembro de 2025.

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF – 079.204.956-01 C.I – MG-14.443.071 SSPMG

Assunto **PROPOSTA REAJUSTADA WHESLEY BRUNO**
De Ricardo Souza <ricardofssilva10@gmail.com>
Para <licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br>
Data 2025-11-11 08:45

- PROPOSTA-REAJUSTAWHESLEY.pdf(~266 KB)

Bom dia, segue em anexo a proposta reajustada referente ao processo Nº 141/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 174

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 126

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

Ao
MUNICIPIO DE DORES DO TURVO/MG PROCESSO LICITATORIO Nº 141/2025- PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2025.

A empresa 57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI, CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, neste ato, representada por Airton Jose Alves Grossi, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 120.311.526-10, RG nº MG-18.214.343 SSPMG, **DECLARA**, a exeqüibilidade da proposta do item 09 sendo seu valor final de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para executar os serviços nas condições exigidas no respectivo documento de referência e anexos, referente ao pregão presencial nº 057/2025.

Dores do Turvo, 11 de novembro de 2025.

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI:57395981000130
57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI:57395981000130
2025.11.11 09:39:34 -03'00'

Airton Jose Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI

Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 226

PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº: 141/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 057/2025
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
MODO: ABERTO

À Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG
Rua Paulo Fernandes Faria, nº 55, centro
Dores do Turvo/MG – CEP 36.513-000
Setor de Licitações
Abertura: 10.11.2025 – às 12:00hs

Proponente: 57.395.981 Airton Jose Alves Grossi	
CNPJ: 57.395.981/0001-30	IE: 0050000940089
Rua/Av.: Sitio Grão Mongol	nº: s/n
Bairro: Zona Rural	
Cidade: Dores do Turvo	UF: MG
Tel /Email: 32 9807-7955 / airtonjosealvesgrossi@gmail.com	
Dados Bancários: Ag 1940-2 / CC 0593813-9 / Banco 237: Bradesco S/A	

A empresa 57.395.981AIRTON JOSE ALVES GROSSI, inscrita no CNPJ: 57.395.981/0001-30, localizada no Sitio Grão Mongol, Sn, Zona Rural de Dores do Turvo-MG, representada neste ato pelo seu titular o Sr Airton Jose Alves Grossi, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o serviço do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 1.500,00	R$ 75.000,00
06	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1.10 X 2,20 5	UN	200	R$ 149,47	R$ 29.894,00
07	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	20	R$ 1.440,00	R$ 28.800,00
09	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	M3	50	R$ 1.500,00	R$ 75.000,00
10	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 1.750,00	R$ 87.500,00
11	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	M3	50	R$ 1.700,00	R$ 85.000,00
12	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPR	M3	50	R$ 1.400,00	R$ 70.000,00

Valor da Proposta: **R$ 451.194,00** (quatrocentos e cinqüenta e um mil cento e noventa e quatro reais).

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI
Sitio Grão Mongol, SN, Zona Rural
Dores do Turvo-MG – CEP 36.513-000
CNPJ: 57.395.981/0001-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 237

A Empresa acima identificada DECLARA que:

1) Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
2) Validade da proposta: CONFORME EDITAL.
3) Prazo de início de fornecimento de acordo com o estabelecido no Termo de Referência desse processo.
4) Que não incide nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
5) Que o prazo de início da entrega dos bens será de acordo com os termos estabelecidos no Termo de Referência desse processo a contar do recebimento, por parte da Contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os bens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descriminação do Termo de Referência do referido Edital ou de má qualidade.

Dores do Turvo, 10 de novembro de 2025.

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI:57395981000130
57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI:57395981000130
2025.11.10 17:40:16 -03'00'

Airton Jose Alves Grossi
Empresário
CPF: 120.311.526-10

Assunto **Exequibilidade e proposta Airton- pregão 057/2025**
De Adeline Moreira de Souza <adelinesouzadt@gmail.com>
Para <licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br>
Data 2025-11-11 09:42

- PROSTA FINAL.pdf(~135 KB)
- declaracao exequibilidade.pdf(~106 KB)

Bom dia!
Conforme solicitado,seguem os anexos.
Bom trabalho.

--
Atenciosamente;

Adeline Moreira de Souza
Contadora
(32) 98429-1715

MARCOS ALEXANDRE BELO – EPP

Rua Ângelo Jacovine, 67, centro, ARAPONGA-MG

CNPJ: 30.291.717/0001-09 – Contato: 031 99574 4518 / 031 98205 9125 / 031 99592 1399

e-mail: maizaaparecidabelo@gmail.com; marcyennebelo@gmail.com; mbmadereira.escritorio@gmail.com

MARCOS ALEXANDRE BELO – EPP

Rua Ângelo Jacovine, 67, centro, ARAPONGA-MG

CNPJ: 30.291.717/0001-09 – Contato: 031 99574 4518 / 031 98205 9125 / 031 99592 1399

e-mail: maizaaparecidabelo@gmail.com; marcyennebelo@gmail.com; mbmadereira.escritorio@gmail.com

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

A Empresa MARCOS ALEXANDRE BELO – EPP, inscrita no CNPJ nº 30.291.717/0001-09, sediada na RUA ÂNGELO JACOVINE, Nº 67, CENTRO, ARAPONGA/MG, CEP: 36594-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. Marcos Alexandre Belo, portador da carteira de identidade nº 17.439.050, SSP/MG e do CPF nº 133.451.496-80, DECLARA a exequibilidade da proposta para executar os serviços nas condições exigidas no respectivo documento de referência, referente aos itens vencidos do pregão presencial 057/2025.

Dores do turvo/MG, 11 de Novembro de 2025.

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680:30291717000109

Marcos Alexandre Belo
CNPJ : 30.291.717/0001-09
CPF: 133.451.496-80

RECEBEMOS DE MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO - DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVALIA - PRAÇA ARTUR BERNARDES, 1 1 ANDAR - CENTRO - ERVALIA - MG - EMISSÃO: 22-09-2025 - VALOR TOTAL: R$ 8.190,00

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº: 545
Série: 1

230

MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

RUA ANGELO JACOVINI, 67

CENTRO

ARAPONGA

MG 36.594-000

DANFE

Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saída: 1
Entrada: 0 | 1

Fl. 1 / 1
Nº: 545
Série: 1

CHAVE DE ACESSO
3125 0930 2917 1700 0109 5500 1000 0005 4517 5893 1764

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	131256945230040 22/09/2025 09:35:52

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTÁRIA	CNPJ / CPF
031792020040		30.291.717/0001-09

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVALIA			18.133.306/0001-81	22-09-2025
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**	**DATA DA ENTRADA/SAÍDA**
PRAÇA ARTUR BERNARDES, 1 1 ANDAR	CENTRO			22-09-2025
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA ENTRADA/SAÍDA**
ERVALIA		MG	9-Não Contribuinte	09:35:00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. DE ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	8.190,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.190,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID	QTD.	VLR.UNIT	VLR.TOTAL	BC ICMS	VLR.ICMS	VLR.IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
3145	VIGA DE MADEIRA CILINDRICA 12X0,80M	44183000	0102	5102	M2	14,0000	585,00	8.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. DADOS BANCÁRIOS CNPJ 30.291.717/0001-09, Banco Sicoob 756, Agencia/Cooperativa 3161, Conta 67.384-1, Tipo Conta corrente | DL-03356 | DATA: 15/09/2025 - VOCÊ PAGOU APROXIMADAMENTE: R$1.281,73 DE TRIBUTOS FEDERAIS, R$1.474,20 DE TRIBUTOS ESTADUAIS, R$0,00 DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.	

powered by altecdata

RECEBEMOS DE MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO
ADO - DESTINATÁRIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI - PRAÇA CAPITÃO ARNALDO DIAS DE ANDRADE, 12 - CENTRO - CAJURI - MG
EMISSÃO: 21-10-2025 - VALOR TOTAL: R$ 1.770,00

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº: 560
Série: 1

FL. 1/1

MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

RUA ANGELO JACOVINI, 67

CENTRO

ARAPONGA

MG 36.594-000

DANFE

Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saída: 1
Entrada: 0
1

FL 1 / 1
Nº: 560
Série: 1

CHAVE DE ACESSO
3125 1030 2917 1700 0109 5500 1000 0005 6013 8398 2821

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	131257015345405 21/10/2025 15:57:09

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTÁRIA	CNPJ / CPF
031792020040		30.291.717/0001-09

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURI			18.132.456/0001-70	21-10-2025
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**	**CEP**		**DATA DA ENTRADA/SAÍDA**
PRAÇA CAPITÃO ARNALDO DIAS DE ANDRADE, 12	CENTRO			21-10-2025
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA ENTRADA/SAÍDA**
CAJURI		MG	9-Não Contribuinte	15:54:00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. DE ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	1.770,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.770,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID	QTD.	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL	BC.ICMS	VLR.ICMS	VLR.IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
0195	PEÇA DE MADEIRA SERRADA APARELHADA 6,5 X 12 CM 6,5 METROS	44071900	0102	5102	UND	30,0000	59,00	1.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. DADOS BANCÁRIOS CNPJ 30.291.717/0001-09, Banco Sicoob 756, Agência/Cooperativa 3161, Conta 69.264-1, Tipo Conta corrente	EE: 0231/2025	DATA DE: 07/10/2025. - VOCÊ PAGOU APROXIMADAMENTE: R$74,36 DE TRIBUTOS FEDERAIS, R$18,60 DE TRIBUTOS ESTADUAIS, R$0,00 DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.	

powered by alterdata

RECEBEMOS DE MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO
ADO - DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR FIRMINO - PRAÇA RAIMUNDO CARNEIRO, 48 - CENTRO - SENADOR
RMINO - MG - EMISSÃO: 29-10-2025 - VALOR TOTAL: R$ 17.998,00

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº: 561
Série: 1

MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

RUA ANGELO JACOVINI, 67
CENTRO
ARAPONGA
MG 36.594-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 239

DANFE

Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saída: 1
Entrada: 0 | **1**

FL 1 / 1
Nº: 561
Série: 1

CHAVE DE ACESSO
3125 1030 2917 1700 0109 5500 1000 0005 6111 1191 4246

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	131257035089550 29/10/2025 15:14:56

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTÁRIA	CNPJ / CPF
031792020040		30.291.717/0001-09

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF		DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR FIRMINO			18.128.231/0001-40		29-10-2025
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**		**DATA DA ENTRADA/SAÍDA**
PRAÇA RAIMUNDO CARNEIRO, 48	CENTRO		36.540-000		29-10-2025
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INDICADOR IE**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA ENTRADA/SAÍDA**
SENADOR FIRMINO		MG	9-Não Contribuinte		15:05:00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. DE ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	17.998,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.998,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	9 - Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QTD.	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL	BC ICMS	VLR.ICMS	VLR.IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
001	PRANCHÃO DE EUCALIPTO	44071900	0102	5102	M	20,0000	899,90	17.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI. DADOS BANCÁRIOS CNPJ 30.291.717/0001-09, Banco Sicoob 756, Agência/Cooperativa 3161, Conta 67.364-1, Tipo Conta corrente | SOLICITAÇÃO: 3163/2025 | EMPENHO: 3888 | AF/AS: 0001 | DATA AF/AS: 22/10/2025. - VOCÊ PAGOU APROXIMADAMENTE: R$755,91 DE TRIBUTOS FEDERAIS, R$2.238,96 DE TRIBUTOS ESTADUAIS, R$0,00 DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.	

powered by alterdata

MARCOS ALEXANDRE BELO – EPP

Rua Ângelo Jacovine, 67, centro, ARAPONGA-MG

CNPJ: 30.291.717/0001-09 – Contato: 031 99574 4518 / 031 98205 9125 / 031 99592 1399

e-mail: maizaaparecidabelo@gmail.com; marcyennebelo@gmail.com; mbmadereira.escritorio@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG Fls: 233

ANEXO III PROPOSTA

Processo nº 141/2025

Pregão Presencial 057/2025

Objeto : Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo – Mg.

Dados da Empresa:

1. Qualificação proponente: MARCOS ALEXANDRE BELO
   1.1 Razão social: MARCOS ALEXANDRE BELO
   1.2 Nome representante Legal: Marcos Alexandre Belo
   1.3 CNPJ: 30.291.717/0001-09
   1.4 ENDEREÇO: RUA ANGELO JACOVINE Nº67, BAIRRO: CENTRO, CIDADE: ARAPONGA – MG
   1.5 TELEFONE 031.995921399 / 031982059125 /031.995744518
   1.6 Email:marcyennebelo@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
003	Esteio Eucalipto medidas definidas na hora da compra	20 m³	1.180,00	23.600,00
005	Linha eucalipto (medidas definidas na hora da compra	50 m³	1.000,00	50.000,00
008	Pranchão Eucalipto (medidas definidas na hora)	50 m³	990,00	49.500,00
013	Vigas Eucalipto (medidas definidas na hora)	30 m³	1.000,00	30.000,00

MARCOS ALEXANDRE BELO - EPP

Rua Ângelo Jacovine, 67, centro, ARAPONGA-MG

CNPJ: 30.291.717/0001-09 – Contato: 031 99574 4518 / 031 98205 9125 / 031 99592 1399

e-mail: maizaaparecidabelo@gmail.com; marcyennebelo@gmail.com; mbmadereira.escritorio@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 134

Total R$: 153.100,00

Validade da proposta: conforme edital (60 dias).

Valor da Proposta: 153.100,00 (Cento e cinquenta e três mil e cem reais).

Condições de Pagamento: De acordo com o edital do processo em epigrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epigrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes ás plena e total entrega do objeto.

Dores do turvo- Mg 10/11/2025

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680:30291717000109

Marcos Alexandre Belo
CNPJ : 30.291.717/0001-09
CPF: 133.451.496-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Fls.: 235

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Certidão: 170/2025

Inscrição Econômica: 74000176
Inscrição Imobiliária:

Razão Social: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA

CNPJ / CPF: 30.291.717/0001-09
Endereço: RUA ANGELO JACOVINE, 67 - CENTRO - ARAPONGA - MG - CEP 36.594-000

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada acima identificada, CERTIFICA que, NÃO foram localizados débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é ao mesmo atribuída até a presente data. Conforme Código Tributário Municipal combinado com o disposto no artigo 205, da Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional.

Resalva-se a Fazenda Pública no direito de constituir e cobrar novos créditos cuja responsabilidade possa ser igualmente atribuída ao contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se, mais, no direito de consolidar à inscrição municipal acima epigrafada os débitos que porventura vinculados a outras inscrições municipais em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente certidão para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Valida até 03/01/2026

ARAPONGA, 04 de Julho de 2025

LUCIENE DOS SANTOS LANA
Chefe de Divisão de Tributos

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

Dados da consulta: 11/11/2025 12:16:53

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS

CPF / CNPJ sancionado: 30291717000109

Consulta

CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
CEIS	30.291.717/0001-09	MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149880	MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - RJ	Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado	07/05/2025	Não se aplica	1

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU - RJ
Fls 237

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	30.291.717/0001-09	DUNS®:	94*****13
Razão Social:	MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA		
Nome Fantasia:	MB EUCALIPTO		
Situação do Fornecedor:	Credenciado		

Sanção Ceis/Cnep 1:

Categoria Sanção:	Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado		
Órgão Sancionador:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO - RJ		
Abrangência:	Em todos os Poderes da Esfera do órgão sancionador		
Número do Processo/Contrato:	2502/2024 / 002/2025		
Data Inicial:	06/05/2025	Data Final:	06/05/2026
Fundamentos Legais:	Lei 14133/2021 - art. 156, III		

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 238

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 30.291.717/0001-09 DUNS®: 94*****13
Razão Social: MARCOS ALEXANDRE BELO LTDA
Nome Fantasia: MB EUCALIPTO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

MARCOS ALEXANDRE BELO - EPP

Rua Ângelo Jacovine, 67, centro, ARAPONGA-MG

CNPJ: 30.291.717/0001-09 – Contato: 031 99574 4518 / 031 98205 9125 / 031 99592 1399

e-mail: maizaaparecidabelo@gmail.com; marcyennebelo@gmail.com; mbmadereira.escritorio@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 239

JUSTIFICATIVA CNEIS

A empresa Marcos Alexnadre Belo ,cnpj 30.291.717/0001-09 , sediada na rua Angelo jacovine , numero 67 , bairro centro , cidade Araponga – mg . Em resposta, a solicitaçao de justificativa de restrição no CNEIS . Declara que ,a sanção foi proferida apenas em nível municipal na cidade de Sumidouro – Rj ,estrição não estendedo-se a demais municipios e estados , conforme comprovante retirado do sicaf e do CNEIS, ambos em anexo . Diante deste , a empresa não possui empedimento legal com a municipilidade .

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680:30291717000109

Marcos Alexandre Belo
CNPJ : 30.291.717/0001-09
CPF: 133.451.496-80

Dores do turvo – Mg 10/11/2025.

Assunto **Documento de Marcos Alexandre belo ata madeiras**
De marcyenne bello <marcyennebelo@gmail.com>
Para licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br <licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br>
Data 2025-11-11 14:11

- documentos dores do turvo.pdf(~1,2 MB)

Prezada,boa tarde com os devidos cumprimentos segue documentação solicitada.Ressalto que a certidão municipal conforme previsto em edital poderia ser original ou cópia..Estou reenviando junto com a documentação solicitada a mesma em PDF visto que e a única forma de confirmar sua atenticidade .A disposição para qualsquer esclarecimentos..grata

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 140

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

141

PROPOSTA REAJUSTADA
Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG
DADOS DA EMPRESA:
1. QUALIFICAÇÃO PROPONENTE: MARCOS ALEXANDRE BELO
1.1. Razão Social (ou nome): MARCOS ALEXANDRE BELO
1.2. Nome representante legal: MARCOS ALEXANDRE BELO
1.3. CNPJ (ou CPF): 30291710000109
1.4. Endereço: RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
1.5. Telefone: 31995921399
1.6. E-mail; MARCYENNEBELO@GMAIL.COM

Item	Descriçao	Quantidade	Valor Unitario	Valor total
003	ESTEIO EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA	DE20m3	1180,00	23600,00
004	FORRO COM 10CM(MEDIDAS A SER DEFINIDAS NA HORA DA COMPRA	PINUSMT2	55,00	5500,00
005	LINHA EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA) M	DE50m3	1000,00	50000,00
008	PRANCHÃO EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	DE50m3	990,00	49500,00
13	VIGAS EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA	DE30m3	1000,00	30000,00

MARCOS ALEXANDRE BELO
30291717000109
RUA ANGELO JACOVINE,67 CENTRO ARAPONGA-MG
CEP:36594000
EMAIL:MARCYENNEBELO@GMAIL.COM
CONTATO:31995921399,31995744518

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
142

HORA DA COMPRA)

158600,00

total

Validade da proposta: CONFORME EDITAL (60 DIAS)
Valor da Proposta: RS 158600,00(CENTO CINQURNTA E OITO MIL E SEISCENTOS REAIS)
Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.
DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustivel, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Dores do Turvo 10 de novembro 2025

Marcos Alexandre Belo
13345149680
30291717000109

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacoo@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 143

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

PROCESSO Nº 141/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2025

TIPO: MENOR PREÇO

REGISTRO DE PREÇOS

FUNDAMENTO LEGAL: ART 28, inciso I Lei Federal 14.133/21

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG.

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma presencial, pelo critério de menor preço por item, de empresa especializada para fornecimento de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo/MG.

A fase preparatória do pregão desenvolveu-se de acordo com o que preconiza a legislação, com satisfatório atendimento ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme já reconhecido pelo parecer jurídico inicial.

A fase externa do procedimento, iniciada com a convocação dos interessados via edital, também atendeu a contento os ditames legais, eis que houve a observância ao disposto no art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21.

O prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de proposta e lances, previsto no art. 55, I, "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021 foi devidamente observado. Na segunda etapa, depois de publicado o edital, as empresas interessadas se credenciaram a participar do certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 144

O termo de julgamento, expedido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, responsável pela avaliação da proposta de preços e dos documentos de habilitação, nos termos da legislação vigente, registram os acontecimentos da sessão pública, atestando o hígido cumprimento dos trâmites legais: foram recebidas a propostas e os documentos de habilitação de forma eletrônica e dentro do prazo (data e horário) estabelecido no edital. Exigiu-se também que as empresas apresentassem declaração quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação.

Coube ao Pregoeiro avaliar a conformidade da proposta com as exigências do edital, não havendo proposta desclassificada por desconformidades nesta etapa.

Em seguida, o Pregoeiro realizou a fase de lances através da plataforma empregada, efetuando, ainda, negociação individual, nos termos do art. 61 da Lei Federal n.º 14.133/21.

Logo após a etapa de negociação acima, o Pregoeiro realizou nova verificação das propostas classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estipulado no edital.

Passou-se, então, à verificação dos documentos de habilitação, cuja tarefa, nos termos do art. 8º da Lei n.º 14.133/2021, incumbe ao Pregoeiro, sendo constado que as licitantes classificadas em primeiro lugar nos respectivos itens atenderam aos requisitos de habilitação.

Aberto o prazo quanto à intenção de interposição de recursos, nenhum licitante manifestou interesse.

Sendo assim, o objeto licitado foi adjudicado às empresas vencedoras, verificando-se os preços de acordo com o que consta na ata da sessão.

Consoante se denota do preço máximo admitido em Edital, o valor obtido no certame não extrapola o limite estabelecido.

Concluídas tais fases, os autos foram remetidos a este Assessor Jurídico para emissão de parecer conclusivo.

É, em síntese, o relatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 345

II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De início, destaco que não cabe ao parecerista jurídico imiscuir-se nas atividades de competência do Pregoeiro e da equipe de apoio. Assim, pontos como a avalição dos preços e os atos inerentes à condução do certame, se não evidenciarem a prática de erro grosseiro, não serão analisados. De igual modo, não compete ao parecerista jurídico fazer às vezes de gestor público, de maneira que as razões de conveniência e oportunidade que deram ensejo a deflagração do presente procedimento, se não sugerirem a prática de ato ímprobo, também não serão objeto de exame.

Cabe ao profissional do Direito, nas oportunidades em que fala nos autos, avaliar a adequação da modalidade de licitação escolhida e seu critério de julgamento; dar suporte teórico ao agente de contratação/pregoeiro/comissão de licitação; zelar pela observância aos princípios administrativos; garantir a adequação jurídico-formal do procedimento, dentre outros atos correlates.

Veja-se que a adequação da modalidade de licitação escolhida, bem como as regras atinentes a fase preparatória e às exigências de conteúdo do edital (art. 53, § 1°, da Lei n.º 14.133/2021), foram devidamente verificadas por ocasião do parecer inicial.

No mais, o procedimento em exame atendeu aos postulados dos princípios jurídicos que regem as compras públicas, sendo que o princípio da publicidade restou atendido na medida em que o instrumento convocatório foi amplamente divulgado, oferecendo a todos oportunidade de participação no certame.

De igual modo, foi obedecido o princípio da legalidade na medida em que o processo caminhou com estrita observância aos limites impostos pela norma. No mesmo sentido, constata-se a efetiva atenção aos princípios da impessoalidade e da igualdade, uma vez que não há nos autos indícios de direcionamento ou afastamento do interesse público.

Ao mesmo tempo, vê-se que os princípios da moralidade e da probidade administrativa também foram satisfeitos, já que o objeto do certame e as razões de sua

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 246

realização condizem com a moral e os bons costumes, refletindo a postura proba da Administração. Por fim, foram igualmente prestigiados os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que o julgamento das propostas oferecidas foi feito de acordo com as estipulações do Edital, cujas regras também foram seguidas nos demais atos realizados no procedimento.

Conforme já adiantado no relatório, o desenvolvimento do processo licitatório, em sua etapa externa, deu-se em conformidade com as normas de regência.

Outras regras relacionadas à etapa externa encontram-se nos Decretos municipais regulamentadores da Lei n.º 14.133/2021, sendo que a análise do processo aponta também o cumprimento dos demais preceitos da legislação aplicável ao caso concreto, sendo verificado que:

a) A convocação dos interessados foi realizada pelos meios regulares, havendo a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Dores do Turvo/MG;

b) Foi respeitado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis entre a publicação dos avisos e a sessão de recebimento das propostas e documentos de habilitação, eis que, no caso, a sessão ocorreu em 08/08/2025, cumprindo, portanto, o prazo da alínea "a" do inciso I do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

Em relação aos documentos apresentados pelas empresas, anota-se que sua análise compete ao Pregoeiro, nos termos do art. 8° da Lei nº 14.133/2021, e foi feita da forma correta, em observância ao que dispõe o instrumento convocatório.

Por último, recomenda-se que previamente à celebração do contrato, seja verificado se existe registro de sanção aplicada a empresa vencedora, por meio de consulta em sites especializados, especialmente no TCE-MG, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (Art. 91, § 4°, da Lei Federal n.º 14.133/2023), tendo em vista que a existência de penalidade pode ensejar o impedimento da contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 247

Feitas tais ponderações, entendo que o procedimento esta apto para ser homologado, emitindo-se, na sequência, o instrumento de contrato, a fim de possibilitar a contratação no momento oportuno.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não havendo nos autos evidencias de ocorrência de erros grosseiros ou de atos ímprobos e tendo o processo corrido de maneira hígida, não havendo irregularidade na tramitação do processo em sua etapa externa, não vislumbro óbice jurídico à homologação do resultado do certame e oportuna contratação.

Dores do Turvo/MG, 21 de novembro de 2025.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55
CENTRO, DORES DO TURVO - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Telefone: (32) 3576-1275
E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 248

Processo nº 141/2025

Pregão Presencial nº 057/2025

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

Adjudicação

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI - CNPJ: 57.395.981/0001-30

Número	Código	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Valor Total
1	134153211 9	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT³	50,0000	1.500,0000	-	75.000,00
6	134153212 3	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	-	UN	200,0000	149,4700	-	29.894,00
7	134153212 2	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT³	20,0000	1.440,0000	-	28.800,00
9	134153211 8	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT³	50,0000	1.500,0000	-	75.000,00
10	134153212 5	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT³	50,0000	1.750,0000	-	87.500,00
11	134153211 7	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT³	50,0000	1.700,0000	-	85.000,00
12	134153211 5	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT3	50,0000	1.400,0000	-	70.000,00

Valor Total Adjudicado R$ 451.194,00

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680 ME - CNPJ: 30.291.717/0001-09

Número	Código	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Valor Total
3	134153212 0	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT³	20,0000	1.180,0000	-	23.600,00
4	134153212 4	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	-	MT²	100,0000	55,0000	-	5.500,00
5	134153211 6	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT3	50,0000	1.000,0000	-	50.000,00
8	134153211 4	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT3	50,0000	990,0000	-	49.500,00
13	134153211 3	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	-	MT3	30,0000	1.000,0000	-	30.000,00

Valor Total Adjudicado R$ 158.600,00

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 - CNPJ: 45.915.689/0001-12

Número	Código	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Valor Total
2	8350	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 09 A 10CM COM 2,20 METROS	-	PÇ	5.000,0000	25,0000	-	125.000,00

Valor Total Adjudicado R$ 125.000,00

DORES DO TURVO, 25 de Novembro de 2025.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55
CENTRO. DORES DO TURVO - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Telefone: (32) 3576-1275
E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 249

Processo nº 141/2025

Pregão Presencial nº 057/2025

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

Homologação

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI - CNPJ: 57.395.981/0001-30
Valor Total de R$ 451.194,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil e cento e noventa e quatro reais)

MARCOS ALEXANDRE BELO 13345149680 ME - CNPJ: 30.291.717/0001-09
Valor Total de R$ 158.600,00 (cento e cinquenta e oito mil e seiscentos reais)

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601 - CNPJ: 45.915.689/0001-12
Valor Total de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

DORES DO TURVO, 25 de Novembro de 2025.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 150

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 142/2025.

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

O Municipio de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº 086.009.216-00 residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa Whesley Bruno da Costa Barroso 07920495601, inscrita no CNPJ sob o nº 45.915.689/0001-12, comsede na Rua Atilio Aniceto Moreira, SNº, bairro centro, cidade Dores do Turvo MG, neste ato representada pelo Sr. Whesley bruno da Costa Barroso, brasileiro, casado, empresario, portador RG nº MG 14443071 e CPF nº 079.204.956-01, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório 141/2025 Pregão Presencial nº 057/2025** cujo resultado foi homologado na data de 25 de novembro de 2025, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

1.1 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Número	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ESTACAS DE EUCALIPTO TRATADO 08 A 10CM COM 2,20 METROS	PÇ	5.000,0000	25,0000	125.000,00

Valor total estimado R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls: 359

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 353

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.1.3.3. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 254

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Fls. 256

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:
3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

10. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamento

11. DA ENTREGA:

A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis reposições por conta do contratado.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

12. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Aquisição

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualqueroutro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Dores do Turvo MG, 25 de novembro de 2025.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Municipio Dores do Turvo
Kallil Dahier Moreira Cunha – Prefeito Municipal

WHESLEY BRUNO DA COSTA BARROSO 07920495601

Whesley Bruno da Costa Barroso 07920495601
Whesley Bruno da Costa Barroso – representante

Testemunhas:

01 Nome: _____ CPF_____

02 Nome: _____ CPF_____

Fls 259

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 143/2025.

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

O Municipio de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº 086.009.216-00 residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa 57.395.981 Airton José Alves Grossi, inscrita no CNPJ sob o nº 57.395.981/0001-30, com sede no Sitio Grao Mongol, SNº, bairro Zona Rural, cidade Dores do Turvo MG, neste ato representada pelo Sr. Airton José Alves Grossi, brasileiro, empresario, portador RG nº MG 18214343 e CPF nº 120.311.526-10, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório 141/2025 Pregão Presencial nº 057/2025** cujo resultado foi homologado na data de 25 de novembro de 2025, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

1.1 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades minimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Número	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CAIBRO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50,0000	1.500,00	75.000,00
6	MADEIRITE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL MEDINDO 1,10 X 2,20 5 MM	UN	200,0000	149,47	29.894,00
7	MOURÃO DE EUCALIPTO TRATADO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20,0000	1.440,00	28.800,00
9	RÉGUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50,0000	1.500,00	75.000,00
10	RIPA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50,0000	1.750,0000	87.500,00
11	RIPÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	50,0000	1.700,0000	85.000,00
12	TÁBUA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50,0000	1.400,0000	70.000,00

Fls. 250

Valor total estimado R$ 451.194,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e quatro centavos)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução

descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 263

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.1.3.3. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 365

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:
3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

10. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamento

11. DA ENTREGA:

A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis reposições por conta do contratado.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

12. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Aquisição

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Dores do Turvo MG, 25 de novembro de 2025.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2025.11.25 14:06:40 -03'00'

Municipio Dores do Turvo
Kallil Dahier Moreira Cunha – Prefeito Municipal

57.395.981 AIRTON JOSE ALVES GROSSI

57.395.981 Airton José Alves Grossi
Airton José Alves Grossi – representante

Testemunhas:

01 Nome: _____ CPF _____

02 Nome: _____ CPF _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Fls. 168

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 144/2025.

Processo nº 141/2025
Pregão Presencial 057/2025

O Municipio de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº 086.009.216-00 residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa Marcos Alexandre Belo Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 30.291.717/0001-09, comsede na Rua Angelo Jacovini, nº 67. Centro, cidade Araponga MG, CEP: 36.594-000, neste ato representada pelo Sr. Marcos Alexandre Belo, brasileiro, solteiro, empresario, portador RG nº MG 17.439.050 e CPF nº 133.451.496-80, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório 141/2025 Pregão Presencial nº 057/2025** cujo resultado foi homologado na data de 25 de novembro de 2025, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de madeiras em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Estradas Vicinais de Dores do Turvo MG

1.1 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Número	Nome Prod/Serv	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	ESTEIO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT³	20,0000	1.180,00	23.600,00
4	FORRO DE PINUS COM 10 CM (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA).	MT²	100,0000	55,00	5.500,00
5	LINHA DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50,0000	1.000,00	50.000,00
8	PRANCHÃO DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	50,0000	990,00	49.500,00
13	VIGAS DE EUCALIPTO (MEDIDAS DEFINIDA NA HORA DA COMPRA)	MT3	30,0000	1.000,00	30.000,00

Valor total estimado R$ 158.600,00 (cento e cinquenta e oito mil e seiscentos reais)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 370

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.1.3.3. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 173

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:
3.3.90.30.00.2.10.01.15.122.0052.2.0074

10. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Fls: 175

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamento

11. DA ENTREGA:

A entrega deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega em local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana ou rural;

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

As madeiras deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo entregues secas, tratadas, isentas de pragas, rachaduras, empenamentos ou outros defeitos que prejudiquem seu uso.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento e prazo de validade;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis reposições por conta do contratado.

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/21, com suas posteriores alterações.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 276

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

12. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Aquisição

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Dores do Turvo MG, 25 de novembro de 2025.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2025.11.25 14:07:02 -03'00'

Municipio Dores do Turvo
Kallil Dahier Moreira Cunha – Prefeito Municipal

MARCOS ALEXANDRE BELO:13345149680

Marcos Alexandre Belo Ltda
Marcos Alexandre Belo – representante

Testemunhas:

01 Nome: _____ CPF _____

02 Nome: _____ CPF _____